

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2022**

1. Data, hora e local. Realizada no dia 23 de setembro de 2022, as 08:30, na sede da **Solvi Essencis Ambiental S.A.**, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Gonçalves Madeira, 400, Galpão Fundos, Jaguaré, CEP 05348-000 ("Companhia").
2. Publicações. Foram publicados, em cumprimento ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("LSA"), o relatório da Administração e as demonstrações financeiras relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 ("DFs" e "Exercício 2021"), no Jornal O Dia, de forma física e digital, na edição dos dias 16, 17 e 18 de julho de 2022, páginas 09 e 05, respectivamente.
3. Convocação e Presença. Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do artigo 124, §4º da LSA, em decorrência da presença de acionista representando da totalidade do capital social, abaixo subscrita.
4. Mesa. Presidente: Sr. Celso Pedroso. Secretária: Célia Maria Bucchianeri Francini Vasconcellos.
5. Ordem do Dia. Nos termos do artigo 132 da LSA, deliberar sobre (i) o exame, discussão e votação das contas dos administradores, do balanço patrimonial e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao Exercício 2021; (ii) a destinação dos resultados do Exercício 2021; e (iii) a instalação do Conselho Fiscal.
6. Deliberações. A acionista, após a análise de todos os documentos colocados à disposição dos presentes e discussão das matérias constantes da ordem do dia, sem quaisquer restrições ou ressalvas, decidiu:
 - 5.1. Aprovar as contas dos administradores, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao Exercício 2021, devidamente arquivados na sede da Companhia. Os acionistas, na forma do artigo 133, §4º da LSA, consideram sanada a falta de publicação de avisos e a inobservância do prazo de 30 (trinta) dias para publicação das DFs.
 - 5.2. Destinar o lucro líquido auferido pela Companhia no Exercício de 2021, de valor total de R\$41.769.423,42 (quarenta e um milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e dois centavos) da seguinte forma:
 - (a) O valor de R\$815.815,44 (oitocentos e quinze mil, oitocentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos) será destinado a reserva legal;

JUCESP

04.10.22

(b) O valor de R\$10.204.633,68 (dez milhões, duzentos e quatro mil, seiscentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos), será distribuído à acionista, à título de dividendos;

(c) O valor de R\$30.748.974,30 (trinta milhões, setecentos e quarenta e oito mil, novecentos e setenta e quatro reais e trinta centavos) será destinado a reserva de lucros.

6.3. Deliberar sobre a não instalação do Conselho Fiscal, conforme facultado pela LSA.

7. Encerramento. Nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou esta ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 23 de setembro de 2022.

Mesa:

Celso Pedroso
Presidente da Mesa

Célia Maria Bucchianeri Francini
Vasconcellos
Secretária de Mesa

Acionistas:

Solvi Participações S.A.
Por Celso Pedroso e Célia Maria Bucchianeri
Francini Vasconcellos



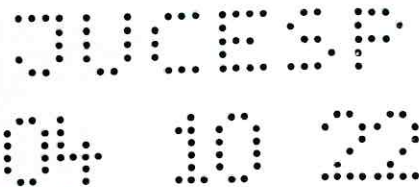
Documento assinado eletronicamente. Verificação no site https://www.documentoeletronico.com.br/procedimento/validar_documento_content.aspx através do código YJUN-AGUST-BDLPX-9H7BK

DUCEAP
04 10 22

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Solvi Essencis Ambiental S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente



Solví Essencis Ambiental S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas..	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://www.documentoeletronico.com.br/procedimentos/validar/documentoscontent.aspx>
através do código YJUN-A6UST-BDLPX-9H7BK

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas
Solvi Essencis Ambiental S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solvi Essencis Ambiental S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade dos ativos intangíveis – Ágio

A Companhia é requerida a proceder anualmente ao teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta conta era R\$31.991 mil, como divulgado na Nota Explicativa 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do modelo de fluxo de caixa descontado e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia. As premissas de margem e das taxas de crescimento utilizadas pela Companhia nas projeções foram comparadas com aquelas reportadas ou estimadas por empresas similares em adição a outros procedimentos executados para avaliar a razoabilidade destas premissas e a integridade das informações utilizadas pela Companhia para elaborar os modelos. Focamos também na adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no teste de recuperação, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ágio. Nós envolvemos nossos profissionais especializados em avaliação nestes procedimentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura preparados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura na Nota Explicativa 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

Como consequência das operações a Companhia e suas controladas assumem obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento de seus aterros sanitários, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, conforme divulgado na Nota Explicativa 24. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como os gastos necessários para a cobertura final do aterro e diversos serviços específicos como: drenagem, coleta e tratamento de chorume, coleta e tratamento de biogás, tomada de amostras e análise laboratorial das águas subterrâneas e superficiais e manutenção da infraestrutura existente.

Devido à relevância da provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários e ao nível de julgamento para determinação da sua estimativa que pode impactar o valor desta provisão nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) Com auxílio de nossos especialistas nas áreas ambiental e de sustentabilidade, avaliamos a razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas adotadas, dos volumes de capacidade considerados em relação as licenças ambientais e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente;
- (ii) Avaliamos, em base amostral, as evidências dos gastos necessários para cobertura final do aterro e dos serviços específicos acima mencionados utilizados para estimar os compromissos futuros para as fases de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários; e
- (iii) Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para fechamento e pós-fechamento de aterro sanitário, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento da provisão da Companhia, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 19 de maio de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



DUCESP
04 10 22

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de junho de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6


Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC-1SP190451/O-5

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://www.documentoeletronico.com.br/procedimento/validardocumentoscontent.aspx> através do código YJUN-AGUST-BDLPX-9H7BK



Solvi Essencis Ambiental S.A.

Balancos Patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.136	16.339	11.707	24.599
Contas a receber de clientes	8	105.150	98.288	164.710	104.553
Estoques	10	25.042	23.058	39.369	26.839
Dividendos a receber	12	2.017	4.018	1.794	300
Impostos a recuperar	11	13.506	3.523	29.652	3.937
Adiantamento de fornecedores		1.427	569	1.476	609
Outros créditos		1.504	1.865	2.606	4.795
Total do ativo circulante		151.782	147.660	251.314	165.632
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Contas a receber de clientes	8	-	133	-	133
Títulos e valores imobiliários	7	12.654	8.087	12.654	8.087
Impostos a recuperar	11	1.214	2.185	1.214	2.330
Mútuos a receber partes relacionadas	9	69.389	36.916	59.142	33.161
Dividendos a receber	12	839	5.875	839	5.875
Ativo fiscal diferido		52.067	74.295	81.539	80.951
Depósitos judiciais		1.080	1.317	2.257	1.392
Outros créditos		475	2.224	488	1.486
		137.718	131.032	158.133	133.415
Investimentos	13	133.033	113.802	42.562	64.060
Imobilizado	14	310.917	297.150	375.310	323.980
Direito de uso - Arrendamento	15	44.066	26.946	64.472	26.946
Intangível	16	744	1.117	37.477	32.249
		488.760	439.015	519.821	447.235
Total do ativo não circulante		626.478	570.047	677.954	580.650
TOTAL DO ATIVO		778.260	717.707	929.268	746.282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	29.159	37.021	54.923	39.131
Salários, benefícios e encargos sociais	21	20.466	14.270	37.102	15.228
Empréstimos, financiamentos	18	57.072	22.343	61.574	22.389
Debêntures	19	-	17.057	-	17.057
Mútuos a pagar partes relacionadas	9	1.745	2.760	2.670	2.760
Passivo de arrendamento	20	5.306	5.184	9.200	5.184
Dividendos a pagar	12	12.698	39.742	19.701	40.225
Impostos, taxas e contribuições	22	9.790	11.118	14.379	11.998
Adiantamentos de clientes		6.229	8.135	7.537	8.178
Outras contas a pagar		3.885	1.380	3.965	1.402
Total do passivo circulante		146.350	159.010	211.051	163.552
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	17	3.088	72	3.387	72
Empréstimos, financiamentos	18	127.834	79.978	142.836	92.167
Debêntures	19	-	29.089	-	29.089
Mútuos a pagar partes relacionadas	9	154	206	115	272
Passivo de arrendamento	20	42.406	23.595	60.432	23.595
Impostos, taxas e contribuições	22	484	432	815	432
Passivos fiscais correntes e diferidos		644	-	1.831	2.018
Provisões	24	67.735	60.843	87.208	70.603
Total do passivo não circulante		242.345	194.215	296.624	218.248
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	25	129.196	129.196	129.196	129.196
Reserva de capital		123.846	123.846	123.849	123.846
Reservas de Lucros		136.419	111.440	136.416	111.440
Outros resultados abrangentes		104	-	104	-
Patrimônio líquido dos controladores		389.565	364.482	389.565	364.482
Participação dos não controladores				32.028	-
Patrimônio líquido total				421.593	364.482
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		778.260	717.707	929.268	746.282

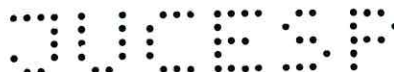
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solvi Essencis Ambiental S.A.
Demonstrações dos Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	548.771	424.002	762.976	458.153
Custo dos serviços prestados	27	(394.726)	(257.234)	(606.008)	(286.978)
LUCRO BRUTO		154.045	166.768	156.968	171.175
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas comerciais	29	(1.556)	(1.437)	(1.437)	(1.510)
Despesas administrativas	28	(53.145)	(23.427)	(61.126)	(24.317)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(8.109)	(3.502)	(13.013)	(4.280)
Resultado de equivalência patrimonial	13	576	1.427	5.436	845
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		(62.234)	(26.939)	(70.140)	(29.262)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		91.811	139.829	86.828	141.913
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	31	5.180	5.118	5.730	4.944
Despesas financeiras	31	(29.132)	(19.934)	(33.330)	(20.806)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(23.952)	(14.816)	(27.600)	(15.862)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		67.859	125.013	59.228	126.051
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	23	(3.219)	(19.700)	(5.116)	(21.283)
Diferido	23	(22.871)	(21.646)	(15.476)	(21.101)
LUCRO DO EXERCÍCIO		41.769	83.667	38.636	83.667
ATRIBUÍVEL À:					
Acionistas da Controladora				41.769	83.667
Participação de não controladores				(3.133)	-
				38.636	83.667
Lucro por ação					
Lucro por ação - básico e diluído - em R\$	32			0,3223	0,6476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Solvi Essencis Ambiental S.A.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	41.769	83.667	38.636	83.667
Outros resultados abrangentes	104	-	104	-
Total do Resultado abrangente da empresa	41.873	83.667	38.740	83.667
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			41.873	83.667
Acionistas não controladores			(3.133)	-
Resultado abrangente total			38.740	83.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solví Essencis Ambiental S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Lucro Acumulado	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	129.196	123.846	20.838	132.175	-	-	-	406.055	-	406.055
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	83.667	-	-	83.667	-	83.667
Reserva legal - nota 25 c	-	-	4.183	-	(4.183)	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	39.742	(39.742)	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos - nota 25 e	-	-	-	(85.000)	(39.742)	-	-	(124.742)	-	(124.742)
Outros	-	-	-	(498)	-	-	-	(498)	-	(498)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	129.196	123.846	25.021	86.419	-	-	-	364.482	-	364.482
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	41.769	-	-	41.769	(3.133)	38.636
Reserva legal	-	-	816	-	(816)	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	30.748	(30.748)	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(10.205)	-	-	(10.205)	-	(10.205)
Adição de minoritário em função de combinação de negócio - nota 1(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	35.161	35.161
Transações entre acionistas - nota 1(a)	-	-	-	(6.585)	-	-	-	(6.585)	-	(6.585)
Ganho na remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	-	104	104	-	104
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	129.196	123.846	25.837	110.582	-	-	104	389.565	32.028	421.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

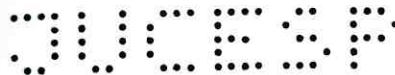


Solvi Essencis Ambiental S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	41.769	83.667	38.636	83.667
Itens que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	35.861	29.464	52.585	35.317
Amortização de valor justo de investimento	-	-	-	1.389
Baixa de imobilizado e intangível	6.454	135	6.455	134
Equivalência patrimonial	(576)	(1.427)	(5.436)	(845)
Encargos sobre financiamentos, empréstimos, mútuos captados e arrendamento	22.393	15.075	23.148	14.805
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	(2.136)	(3.250)	(2.136)	(2.933)
Reversão/(provisão) de ajustes de inventário	(1.963)	209	(7.890)	211
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro	-	(165)	-	(165)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	5.795	6.780	9.736	8.340
(Reversão)/provisão para créditos de liquidação duvidosa	(579)	(2.044)	(639)	(2.115)
Provisão para contingências	1.422	3.542	2.616	4.249
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	26.090	41.346	20.592	42.384
Aumento / Redução nos ativos operacionais:				
Títulos e valores mobiliários	(4.567)	(1.163)	(4.567)	(1.163)
Contas a receber de clientes	(10.426)	2.275	(199)	2.677
Partes relacionadas	4.276	(926)	(476)	2.409
Impostos a recuperar	(9.012)	(119)	(18.685)	67
Estoques	(21)	(7.954)	(4.640)	(10.794)
Dividendos recebidos	11.410	5.729	4.814	2.668
Outros contas a receber	(9.012)	6.815	3.186	4.469
Depósitos judiciais	799	182	5.900	251
Adiantamento a fornecedores	(857)	(561)	(866)	(557)
Aumento / Redução nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(2.897)	7.410	(251)	8.565
Partes relacionadas	(204)	(12.339)	1.052	(12.562)
Salários, benefícios e encargos sociais	6.295	4.361	6.973	4.132
Impostos, taxas e contribuições	441	(7.030)	5.043	(7.206)
Pagamento de contingências	(888)	(1.693)	(2.512)	(1.823)
Adiantamento de clientes	(1.906)	(3.183)	(641)	(3.196)
Outras contas a pagar	2.505	(325)	2.566	(350)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	120.466	164.811	134.364	172.025
Impostos pagos sobre o lucro	(5.271)	(22.226)	(5.813)	(24.095)
Mútuos ativos - recebimento juros	743	10.517	743	14.810
Mútuos passivos - juros pagos	(11)	(2.013)	(11)	(2.014)
Debêntures - juros pagos	(2.150)	(4.453)	(2.150)	(4.453)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(13.681)	(3.840)	(14.248)	(3.996)
Passivo de arrendamento - pagamento juros	(3.752)	(2.388)	(5.565)	(2.388)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	96.344	140.408	107.320	149.889
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Mútuos ativos - cedidos	(70.342)	(77.171)	(70.342)	(73.028)
Mútuos ativos - recebimento principal	21.151	95.330	21.151	84.445
Caixa oriundo de aquisição controle acionário	-	-	5.457	-
Aquisições de imobilizado	(49.910)	(48.658)	(65.737)	(54.693)
Adição de intangível	(45)	(52)	(46)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(99.146)	(30.551)	(109.517)	(43.276)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Reorganização societária	-	(7.585)	-	(7.738)
Mútuos passivos - captação	-	8.642	-	4.905
Mútuos passivos - pagamento principal	(2.787)	(6.621)	(2.787)	(5.140)
Debêntures - pagamento principal	(45.833)	(16.667)	(45.833)	(16.667)
Empréstimos e financiamentos - captação	106.150	57.108	110.687	69.231
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(26.124)	(14.931)	(27.355)	(14.931)
Passivo de arrendamento - pagamento principal	(4.558)	(2.932)	(7.934)	(2.932)
Dividendos pagos	(37.249)	(120.012)	(37.473)	(120.012)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(10.401)	(102.998)	(10.695)	(93.284)
(REDUÇÃO LÍQUIDA) / AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(13.203)	6.859	(12.892)	13.329
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	16.339	9.480	24.599	11.270
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.136	16.339	11.707	24.599
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(13.203)	6.859	(12.892)	13.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Solvi Essencis Ambiental S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
1 – RECEITAS	637.640	485.535	896.105	524.197
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	629.380	485.904	882.557	524.581
Outras receitas	8.839	104	14.187	114
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – (constituição) / reversão	(579)	(473)	(639)	(498)
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(295.979)	(156.048)	(409.155)	(173.636)
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(190.341)	(67.491)	(230.174)	(77.459)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(80.466)	(81.115)	(143.142)	(87.755)
Outros	(25.172)	(7.442)	(35.839)	(8.422)
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	341.661	329.487	486.950	350.561
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(35.861)	(28.955)	(52.585)	(34.878)
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	305.800	300.532	434.365	315.683
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	5.791	6.545	11.201	5.789
Resultado de equivalência patrimonial	576	1.427	5.436	845
Receitas financeiras	5.180	5.118	5.730	4.944
Outras	35	-	35	-
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	311.591	307.077	445.566	321.472
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	311.591	307.077	445.566	321.472
8.1) Pessoal	82.964	59.660	143.897	63.761
Remuneração direta	63.097	43.237	106.088	45.987
Benefícios	16.640	14.076	32.087	15.278
F.G.T.S	3.227	2.347	5.722	2.496
8.2) Impostos, taxas e contribuições	138.421	123.209	191.207	130.355
Federais	93.022	92.556	126.989	97.996
Estaduais	9.095	3.365	16.900	3.599
Municipais	36.304	27.288	47.318	28.760
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	48.437	40.541	71.826	43.689
Juros	27.714	18.378	33.433	18.922
Aluguéis	20.703	22.151	38.375	24.755
Outras	20	12	18	12
8.4) Remuneração de capitais próprios	41.769	83.667	38.636	83.667
Lucro líquido do exercício	41.769	83.667	41.769	83.667
Participação dos não-controladores	-	-	(3.133)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Solví Essencis Ambiental S.A., anteriormente denominada Essencis Soluções Ambientais S.A. ("Companhia" ou "Solví Essencis"), controlada integralmente pela Solví Participações S.A. ("Controladora" ou "Solví Participações") a qual detém 100% das ações ordinárias da Companhia, é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Avenida Gonçalo Madeira, nº 400 – Jaguaré, Cep: 05.348.902, município de São Paulo – SP, com o objetivo de oferecer soluções integradas para o tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente para o setor privado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas suas controladas e controladas em conjunto (conjuntamente referidas como "Companhia e suas controladas").

A Companhia e suas controladas controlam uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2021, as participações societárias da Companhia e suas respectivas áreas de atuação são:

Partes relacionadas	Atividade principal	Local principal de operação	Classificação	Participação %	
				2021	2020
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	Tratamento e disposição final de resíduos	Capela de Santana - RS	Controlada	100,0%	100,0%
GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A	Coleta, transporte e serviços de gestão de resíduos in company, incluindo reaproveitamento, reciclagem, manufatura reversa, coleta, transporte, tratamento e destinação final.	São Paulo - SP	Controlada	62,3%	47,3%
Essencis Ecosistema Ltda.	Tratamento e disposição final de resíduos	São José dos Campos - SP	Controlada	-	100,0%
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	Tratamento e disposição final de resíduos	Joinville - SC	Controle em Conjunto	54,0%	54,0%
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	Tratamento e destinação final de resíduos	Betim - MG	Controle em Conjunto	66,7%	66,7%

(a) Reestruturações societárias

No intuito de simplificar a estrutura societária do Grupo Solví Essencis, os Acionistas deliberaram por meio da AGE de 31 de março de 2021, a incorporação da Essencis Ecosystemas Ltda. pela GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A, a Essencis Ecosystemas Ltda. antes da incorporação, fazia parte do mesmo grupo econômico da Solví Essencis Ambiental S.A. e GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A, portanto essa transação ocorreu entre partes relacionados, para tal transação com o valor contábil da Essencis Ecosystemas Ltda.

Segue abaixo o acervo contábil aportado na GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.:

ESSENCIS ECOSISTEMA LTDA			
	Controladora		Controladora
	Em 31 de março 2021		Em 31 de março 2021
ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	1.792	Fornecedores	304
Contas a receber de clientes	3.949	Salários, benefícios e encargos sociais	421
Estoques	2.694	Impostos, taxas e contribuições	193
Impostos a recuperar	361	Dividendos a pagar	223
Outras contas a receber	(73)	Adiantamentos de clientes	26
Total do ativo circulante	8.723	Outras contas a pagar	(6)
		Total do passivo circulante	1.161
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Realizável a longo prazo:		Provisões contingências trabalhista	1.568
Ativo fiscal diferido	3.824	Mútuos a pagar a partes relacionadas	3.803
Depósitos judiciais	73	Provisões	3.023
	3.897	Total do passivo não circulante	8.394
Imobilizado	7.667	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	7.667	Capital social	15.737
Total do ativo não circulante	11.564	Prejuízos acumulados	(5.005)
TOTAL DO ATIVO	20.287	Total do patrimônio líquido	10.732
		TOTAL ACERVO LÍQUIDO INCORPORADO	20.287

Conforme a alteração efetuada no estatuto social da empresa GRI Koleta Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. ("GRI Koleta"), deliberada pela AGE realizada em 30 de março de 2021, a Companhia passou a controlar a empresa GRI Koleta em 01 de abril de 2021. A GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. antes de ser controlada, era parte do mesmo grupo econômico da Companhia, portanto essa transação de combinação de negócios ocorrida é entre entidades sob controle comum, e para tal transação foram registrados seus reflexos contábeis com base no valor contábil da GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.

Segue abaixo o acervo contábil da GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. controlada pela Companhia a partir de 1º de abril de 2021.

GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. - 31/03/2021

Caixa e equivalentes de caixa	5.457
Contas a receber de clientes	57.894
Estoques	5.528
Impostos a recuperar	19.000
Adiantamento a fornecedores	24
Mútuos a receber de partes relacionadas	119
Ativo fiscal diferido	20.077
Outras contas a receber	1.085
Depósitos judiciais	1.394
Imobilizado	41.446
Direito de uso - Arrendamento	17.777
Intangível	6.311
TOTAL DO ATIVO	176.112

Fornecedores	21.036
Empréstimos e financiamentos	3.977
Passivo de arrendamento	18.688
Salários, benefícios e encargos sociais	18.352
Impostos, taxas e contribuições	3.662
Imposto de renda e contribuição social	603
Dividendos a pagar	6.744
Aporte numerário em consórcios	3.084
Adiantamentos de clientes	2.129
Mútuos a pagar a partes relacionadas	22.339
Provisões	10.514
TOTAL DO PASSIVO	111.128

ACERVO LÍQUIDO CONTÁBIL	64.984
--------------------------------	---------------

No intuito de simplificar a estrutura societária do Grupo Solví, os Acionistas deliberaram por meio da AGE de 30 de novembro de 2020, a incorporação da Prameq Indústria e Comércio Ltda. pela Essencis Soluções Ambientais S.A..

Segue abaixo o acervo contábil aportado na Essencis Soluções Ambientais S.A.:

Solvi Essencis Ambiental S.A.
Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>BALANÇO</u>		<u>BALANÇO</u>	
<u>PATRIMONIAL EM</u>		<u>PATRIMONIAL EM</u>	
<u>30/11/2020</u>		<u>30/11/2020</u>	
<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
<u>CIRCULANTE</u>		<u>CIRCULANTE</u>	
Disponível	18	Fornecedores	173
Contas a receber de clientes	1.407	Salário e encargos sociais	245
Impostos a compensar	323	Obrigações fiscais	10
Outros contas	115	Partes relacionadas - mútuos	2.760
<u>TOTAL CIRCULANTE</u>	<u>1.863</u>	Adiantamento de clientes	45
		Outros contas a pagar	(40)
		<u>TOTAL CIRCULANTE</u>	<u>3.193</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
Depósitos recursais	46	Partes relacionadas - mútuos	206
Mutuo com partes relacionadas	120	Outros contas a pagar	(15)
Outros contas	(12)	<u>TOTAL NÃO CIRCULANTE</u>	<u>191</u>
Total Realizado a Longo Prazo	154		
Imobilizado líquido	122	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	
<u>TOTAL NÃO CIRCULANTE</u>	<u>276</u>	Capital social integralizado	5.484
		Prejuízo acumulado	(6.459)
		Prejuízo do exercício corrente	(270)
		<u>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>(1.245)</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	<u>2.139</u>	<u>TOTAL DO PASSIVO</u>	<u>2.139</u>

(b) Efeitos do COVID-19

A Companhia e suas controladas atravessaram os meses transcorridos desde o início da pandemia do Covid-19 sem alterações relevantes em suas receitas, resultados e geração de caixa o que decorre do caráter de essencialidade de suas atividades. Fato é que, especialmente, entre os meses de abril e agosto de 2021, houve pequeno decréscimo do volume da atividade de disposição de resíduos industriais, devido à diminuição do nível de atividade produtiva de clientes de determinados ramos da indústria. Igualmente, a coleta de resíduos comerciais, por sua vez, foi atingida pela redução de atividades do comércio e serviços. Por outro lado, as atividades de manufatura reversa e tratamento de resíduos tem sofrido impulso e a pandemia tem auxiliado a impulsionar a consciência ESG, no que a Companhia é muito bem posicionada. No ano de 2020, como medida de combate à pandemia, houve redução das taxas de juros, o que beneficiou o resultado financeiro da Companhia. Ainda em 2021, especialmente no segundo semestre, as taxas de juros apresentaram-se crescentes, com efeito prejudicial aos resultados da Companhia. A inflação crescente também passou a pressionar os resultados, em razão da inevitável defasagem temporal entre o aumento dos custos e o reajuste dos contratos. A Administração não espera outros efeitos da pandemia que possam afetar os resultados da Companhia e suas controladas de maneira significativa.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia e suas controladas nos exercícios apresentados.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de maio de 2022.

Base de mensuração

As demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

Base de consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

A posição patrimonial dos investimentos em entidades controladas, apuradas em 2020 e 2021 são apresentadas a seguir:

	2021	
	Ecototal	GRI Koleta
Ativo Circulante	14.953	97.571
Ativo não circulante	21.930	89.001
Total do ativo	36.883	186.573
Passivo circulante	7.642	58.324
Passivo não circulante	20.262	42.973
Patrimônio líquido	8.979	85.276
Total do passivo e patrimônio líquido	36.883	186.573
% de participação no investimento	100%	62,34%

	2020	
	Ecototal	
Ativo Circulante	12.869	
Ativo não circulante	22.535	
Total do ativo	35.404	
Passivo circulante	7.117	
Passivo não circulante	18.039	
Patrimônio líquido	10.248	
Total do passivo e patrimônio líquido	35.404	
% de participação no investimento	100%	

O resultado apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como demonstrado abaixo:

	2021		2020
	Ecototal	GRI Koleta	Ecototal
Receita Operacional líquida	39.677	219.912	23.763
Lucro operacional antes dos impostos e resultado financeiro	3.318	(5.155)	4.659
Lucro antes dos impostos	2.303	(8.574)	3.725
Imposto de renda e Contribuição social	(695)	3.481	(1.251)
Resultado do exercício	1.608	(9.300)	2.474

Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia e suas controladas desreconhecem os ativos e passivos da controlada, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas reterem qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

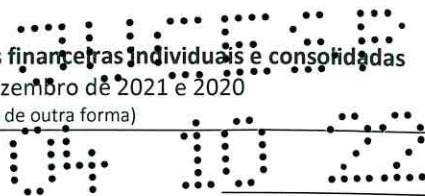
Os investimentos da Companhia e suas controladas em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e entidades controladas em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia e suas controladas, direta ou indiretamente, têm influência significativa, mas não detêm o controle ou o controle conjunto. Uma entidade controlada em conjunto é aquela na qual o controle é compartilhado ou, em outras palavras, na qual as decisões relevantes são tomadas por consenso dos acionistas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação direta ou indireta da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

A posição patrimonial dos investimentos em entidades controladas em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, apurada nos exercícios de 2021 e 2020 são apresentadas a seguir:

	2021	
	Catarinense	EMG
Caixa e equivalentes de caixa	6.076	4.737
Ativo circulante	11.965	24.572
Ativo não circulante	29.507	74.917
Total do ativo	41.153	99.489
Empréstimos e financiamentos	23	10.167
Total do passivo circulante	3.502	19.565
Empréstimos e financiamentos	5.800	-
Total do passivo não circulante	13.356	26.933
Patrimônio líquido	24.295	43.647
Total do passivo e patrimônio líquido	41.153	99.489
% de participação no investimento	54,00%	66,67%



	2020	
	Catarinense	EMG
Caixa e equivalentes de caixa	1.473	6.522
Ativo circulante	7.172	21.120
Ativo não circulante	25.796	64.822
Total do ativo	32.968	85.942
Empréstimos e financiamentos	-	5.849
Total do passivo circulante	3.576	14.609
Empréstimos e financiamentos	-	16.638
Total do passivo não circulante	6.940	33.288
Patrimônio líquido	22.452	38.045
Total do passivo e patrimônio líquido	32.968	85.942
% de participação no investimento	54,00%	66,67%

O resultado apurado nos exercícios de 2021 e 2020 por estes investimentos são demonstrados abaixo:

	2021	
	Catarinense	EMG
Receita Operacional Líquida	26.671	66.011
Lucro operacional antes dos impostos e resultado financeiro	3.521	14.934
Depreciação e amortização	(1.736)	(6.130)
Lucro antes dos impostos	3.343	10.664
Resultado financeiro líquido	(178)	4.271
Imposto de renda e contribuição social	(1.500)	(3.195))
Resultado do exercício	1.843	7.468
Resultado abrangente do período	1.843	7.468

	2020	
	Catarinense	EMG
Receita Operacional Líquida	24.141	56.039
Lucro operacional antes dos impostos e resultado financeiro	2.003	16.018
Depreciação e amortização	(1.637)	(5.221)
Lucro antes dos impostos	1.927	14.174
Resultado financeiro líquido	(76)	(1.844)
Imposto de renda e contribuição social	(561)	(4.870)
Resultado do exercício	1.366	9.304
Resultado abrangente do período	1.366	9.304

Participação de acionistas não controladores

A Companhia e suas controladas mensuram qualquer participação de não-controladores na investida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data do investimento.

Mudanças na participação da Companhia e suas controladas em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas.

As normas internacionais (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração, entretanto essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Apresentação de informação por segmento

Um segmento operacional é um componente de entidade: (a) que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da mesma entidade); (b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (c) para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais que é o Conselho de Administração, na qual analisa itens da demonstração de lucros ou perdas e outros resultados abrangentes. O Conselho de Administração considera toda a Companhia como um único segmento operacional e reportável (manejo de resíduo sólidos), todos os relatórios são feitos e analisados de maneira consolidada pelo Conselho de administração, monitorando as operações, tomando decisões sobre alocação de recursos, planejamento financeiro e estratégico e avaliação de desempenho com base em um único segmento operacional. O Conselho de Administração analisa os dados financeiros relevantes para a Companhia e suas controladas. A receita, os resultados e os ativos da Companhia para este segmento reportável podem ser determinados por referência pelas demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente e balanço patrimonial.



Classificação corrente versus não corrente

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e

É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Contas a receber de clientes e perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

Receita de contratos com clientes

A receita é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transferem o controle dos serviços ou produtos para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em troca desses serviços. A Companhia e suas controladas concluem que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. O Grupo aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas:

- 1 – identificação dos contratos com o cliente;
- 2 – identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato;
- 3 – determinação do preço da transação;
- 4 – alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- 5 – reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Receita de serviços prestados – Resíduos

As receitas relacionadas à prestação de serviços de tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas no regime de competência, com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, mensais, de acordo com os parâmetros de mensuração e preços estabelecidos em cada contrato.

- **Venda de biogás**

O biogás vendido é utilizado como combustível para geração de energia limpa e sustentável em termelétrica a biogás de aterro.

A Companhia reconhece a receita de acordo com o montante fornecido de biogás, que é medido através de um relógio instalado nos dutos de captação de biogás dos aterros, gerando um relatório de medição para a aprovação do cliente.

- **Venda de crédito de carbono**

As receitas provenientes da venda de créditos de carbono, advém da geração de créditos de carbono por meio de queima controlada de biogás.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita apenas na efetiva transferência dos créditos de carbono ao cliente, que somente é concretizada após a emissão das RCE's (Reduções Certificadas de Emissões).

- **Manufatura Reversa**

As receitas de manufatura reversa advém do processo de destruição/descharacterização de produtos e equipamentos eletrônicos, como placas eletrônicas e catalisadores automotivos, a fim de se segregar seus componentes, como metais e outros insumos.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita apenas na efetiva entrega dos materiais vendidos ao cliente.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem o reconhecimento de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, financiamentos, títulos emitidos e juros sobre mútuo e são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Benefícios a empregados

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

- **Plano de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

- **Participação nos lucros**

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

- **Assistência médica**

A Companhia mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários e seus dependentes legais, cuja lei 9.656/98 estabelece regras sobre os planos e seguros privados de assistência médica. Para a continuidade da cobertura do plano pelo colaborador com vínculo empregatício, que contribuiu ao plano por um período também estabelecido na lei, podendo permanecer com o benefício pós-emprego, desde que assuma integralmente as suas contribuições (incluindo da parte da empresa), quando do seu desligamento por demissão sem justa causa. O direito ao benefício vitalício é condicionado à permanência do colaborador no emprego até a idade da aposentadoria, e que tenha contribuído para o plano coletivo de assistência médica nas modalidades do plano vigente à época por mais de dez anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Em ambos os tipos de benefícios (Aposentadoria ou Desligamento Sem Justa Causa), os custos são integralmente arcados pelos ex-empregados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

Tributos e encargos sociais a recolher

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.



Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores apurados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais o ativo será utilizado. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são baixados na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Tributos sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e

Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas (almoxarifado) - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração (sucata) - custo dos materiais diretos e mão de obra.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Imobilizado

(a) Reconhecimentos e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(c) Depreciação

A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada, por meio das quantidades dispostas de resíduo no aterro. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(d) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

A Companhia e suas controladas devem cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

(e) Direito de uso

Reconhecimento da estimativa do valor presente dos pagamentos dos passivos de arrendamento calculados de acordo com os requerimentos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos. Vide nota explicativa nº 13.

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas como arrendatária

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia e suas controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Ativos intangíveis e ágio

(f) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O ágio não é amortizado.

(g) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

(h) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

(i) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(j) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis estão descritos na nota explicativa nº 14.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado de acordo com o modelo de negócio definido pela Administração da Companhia e de suas controladas e após a realização do teste se o fluxo de caixa do ativo é de coletar somente o pagamento do principal e juros ou se há outros elementos neste fluxo de caixa ("Teste SPPI"). A depender do modelo de negócios e do resultado do Teste SPPI, os ativos financeiros são mensurados: ao custo amortizado ("CA"); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócio para a gestão do ativo financeiro, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao CA se atender ambas as condições a seguir e não for designado a ser mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda destes ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em instrumento patrimonial (ações ou cotas de participação) que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por mensurar esse ativo financeiro ao VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao CA ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados e mensurados ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma

atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente para coletar o pagamentos de principal e de juros (“Teste 3PR”)

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor ‘principal’ em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a CA	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(c) Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas

controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos ou realizaram designações de contabilidade de hedge nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(f) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Redução ao valor recuperável (impairment)

(a) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

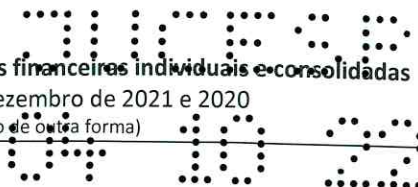
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.



A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Companhia e suas controladas determinam as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos.

O risco de inadimplência da contraparte é avaliada com base na evidencia de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados na menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). O ágio de uma combinação de negócios é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

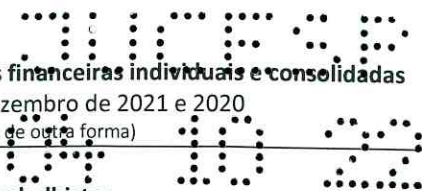
Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 9,54% a.a. para os exercícios de 2021 e 2020 ; e
- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

Provisão para transporte e tratamento de chorume

A provisão consiste na estimativa de gastos a serem incorridos, no período subsequente, para tratamento do chorume existente em lagoas nos aterros, bem como para o transporte do mesmo nos casos em que o tratamento for feito por terceiros, constituída tendo como base o custo médio de transporte e tratamento e com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m3 do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados.

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia e suas controladas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e de e suas controladas. Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionado) na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 22.

Lucro por ação

A Companhia calcula os lucros básico e o diluído por ação em conformidade com o CPC 41/IAS 33 – Resultado por Ação (nota explicativa nº 22).

Novas normas e interpretações

i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sm que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível o benefício dentro do período da norma.

ii) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.



IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro, que substituiu o CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro) A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas afeitas à aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 13** – Consolidação: Determinação se a Companhia e suas controladas detém de fato controle sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 13** – Equivalência patrimonial em investidas: Determinação se a Companhia e suas controladas detém influência significativa ou controle em conjunto sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 13** – Classificação de negócios em conjunto;
- **Nota explicativa nº 15** – Arrendamento: Determinação se um contrato contém um arrendamento; e
- **Notas explicativas nº 14 e 16** – Imobilizado e intangível - Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e amortização.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na preparação das demonstrações financeiras que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8** – Contas a receber de clientes - apuração de crédito de perda esperadas para registro de provisão sobre contas a receber.
- **Notas explicativas nº 13 e 14** – Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento e ágio.
- **Nota explicativa nº 24** – Reconhecimento e mensuração para provisões de fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para transporte e tratamento de chorume e provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4 Instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas e não para investimento ou outros fins.

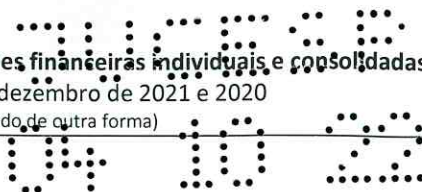
Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não utilizaram instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(a) Gerenciamento de riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas tem a responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas.



As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para orientar e definir regras para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar a eficácia dos controles e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(b) Risco de mercado

Risco de câmbio e cotacional

Com o aumento das operações da Manufatura Reversa, que cuja receita em grande parte está exposta ao risco cambial. Durante o exercício de 2021 a companhia ficou exposta ao risco cambial, entretando não houve impactos significativos.

Ainda nas operações de Manufatura Reversa, a receita está sujeita ao o risco cotacional (preços de metais preciosos).

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorrem, substancialmente, de empréstimos e financiamentos. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço. A Companhia e suas controladas também estão expostas ao risco de câmbio e cotacional, entretanto os valores não são materiais.

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável (cenário I) as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial destas demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Controladora 2021							
Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros - média efetiva em 31/12/2021	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Empréstimos, financiamentos	184.906	13,73%	-	6.347	12.694	(6.347)	(12.694)
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-
Efeito no resultado				6.347	12.694	(6.347)	(12.694)
Controladora 2020							
Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros - média efetiva em 31/12/2020	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Empréstimos, financiamentos	102.321	6,51%	-	1.665	3.331	(1.665)	(3.331)
Debêntures	46.146	8,50%	-	981	1.961	(981)	(1.961)
Efeito no resultado				2.646	5.292	(2.646)	(5.292)
Consolidado 2021							
Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros - média efetiva em 31/12/2021	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	204.410	12,90%	-	6.592	13.184	(6.592)	(13.183)
Efeito no resultado				5.540	11.079	(5.540)	(11.079)
Consolidado 2020							
Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros - média efetiva em 31/12/2020	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Empréstimos, financiamentos	114.556	6,51%	-	1.864	3.729	(1.864)	(3.729)
Debêntures	46.146	8,50%	0	981	1.961	(981)	(1.961)
Efeito no resultado				2.845	5.690	(2.845)	(5.690)

O risco de taxa de juros surge da possibilidade que a Companhia e suas controladas poderem sofrer perdas devido a flutuações nos índices de taxas de juros acordadas em contratos vigentes (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC, Certificado de Depósito Interbancário - CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

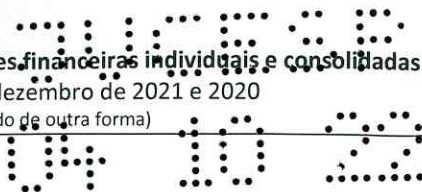
A Companhia e suas controladas monitoram os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

(c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.136	16.339	11.707
Títulos e valores imobiliários	7	12.654	8.087	12.654
Contas a receber de clientes	8	105.150	98.421	164.710
Mútuos a receber de partes relacionadas	9	69.389	36.916	59.142
Dividendos a receber	12	2.856	9.893	2.633
Outras contas a receber		1.981	4.089	3.094
		195.166	173.745	253.940
				182.989



Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia e suas controladas adotam como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

(d) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia e suas controladas dependem principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia e suas controladas dispunham de caixa suficiente para cobrir suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, que compreendem o período remanescente da data do balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados contemplam taxa de descontos contratuais.

Controladora						
Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	69.612	63.885	69.354	23.571	226.422	184.906
Fornecedores e outras contas a pagar	33.045	3.088	-	-	36.132	36.132
Passivo de arrendamento	5.306	4.804	13.620	23.982	47.712	47.712
Mútuos a pagar à partes relacionadas	1.745	154	-	-	1.899	1.899
	109.862	71.777	82.974	47.553	312.165	270.649
Controladora						
Em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	24.768	31.380	53.882	30.992	141.022	102.321
Fornecedores e outras contas a pagar	38.401	72	-	-	38.473	38.473
Passivo de arrendamento	1.366	7.009	9.212	6.008	23.595	28.779
Mútuos a pagar à partes relacionadas	2.760	206	-	-	2.966	2.966
	67.295	38.667	63.094	37.000	206.056	172.539
Consolidado						
Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	74.358	68.889	79.434	24.410	247.092	204.410
Fornecedores e outras contas a pagar	58.888	3.387	-	-	62.275	62.275
Passivo de arrendamento	9.200	9.028	21.932	29.472	69.632	69.632
Mútuos a pagar à partes relacionadas	2.670	115	-	-	2.785	2.785
	145.116	81.419	101.366	53.882	381.784	339.102
Consolidado						
Em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	25.090	33.299	61.729	34.306	154.424	114.556
Fornecedores e outras contas a pagar	40.533	72	-	-	40.605	40.605
Passivo de arrendamento	5.184	1.366	9.883	12.395	28.828	28.779
Mútuos a pagar à partes relacionadas	2.760	272	-	-	3.032	3.032
Debêntures (a)	19.753	18.433	12.926	-	51.112	46.146
	93.320	53.442	84.538	46.701	277.952	233.118

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Adicionalmente, conforme estabelecido em contratos de financiamentos existentes, a Companhia e suas controladas comprometem-se com *covenants* financeiros estabelecidos com o intuito de garantir o controle do endividamento da Companhia e suas controladas em do nível compatível com a geração de caixa operacional prevista e a capacidade da Companhia e suas controladas em honrar o pagamento de suas dívidas. Os *covenants* e suas metas são estabelecidos pelos próprios agentes financiadores dentro de condições normais de mercado, conforme as nota explicativa nº 17.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente a evolução e a projeção dos *covenants* estabelecidos para avaliar a necessidade de revisões de orçamento e estabelecimento de planos de contenção de custos e despesas.

(e) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1)/IFRS 7, "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

(f) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia e suas controladas, quando aprovado pelos acionistas controladores, podem rever suas políticas de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Companhia e suas controladas adotam o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar suas estruturas de capital. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total dos passivos circulantes e não circulantes, subtraídos do montante de caixa e equivalente de caixa.

Os índices de alavancagem financeira dos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2021	2020
Total do passivo circulante e não circulante	507.675	381.800
(-) caixa e equivalentes de caixa	(11.707)	(24.599)
Dívida líquida	495.968	357.201
Patrimônio líquido	421.593	364.482
Índice de alavancagem	1,18	0,98

A gestão de capital do Grupo Solví Essencis, entre outras coisas, busca assegurar o cumprimento dos *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes. O descumprimento de um *covenant* financeiro contratualmente estabelecido permitiriam a declaração de vencimento antecipado da dívida contratada. Não houve violações dos *covenants* financeiros de quaisquer empréstimos e financiamentos nos exercícios de 2021 e 2020.

Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(g) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros apresentados nestas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	Controladora			
			2021		2020	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Custo amortizado	3.136	3.136	16.339	16.339
Títulos e valores mobiliários	Nível 1	Custo amortizado	12.654	12.654	8.087	8.087
Contas a receber de clientes	Nível 2	Custo amortizado	105.150	105.150	98.288	98.288
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	1.979	1.981	1.865	1.865
Total			122.919	122.921	124.579	124.579
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	37.878	37.878	36.524	36.524
Empréstimos e financiamentos e	Nível 2	Custo amortizado	184.906	184.906	102.321	102.321
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	-	-	46.146	46.146
Mútuos a pagar à partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	154	154	2.966	2.966
Passivo de arrendamento	Nível 2	Custo amortizado	47.712	47.712	28.779	28.779
Total			270.650	270.650	216.736	216.736

	Hierarquia do valor justo	Categoria	Controladora			
			2021		2020	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Custo amortizado	3.136	3.136	16.339	16.339
Títulos e valores mobiliários	Nível 1	Custo amortizado	12.654	12.654	8.087	8.087
Contas a receber de clientes	Nível 2	Custo amortizado	105.150	105.150	98.288	98.288
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	1.979	1.979	1.865	1.865
Total			122.919	122.919	124.579	124.579
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	37.878	37.878	36.524	36.524
Empréstimos e financiamentos e	Nível 2	Custo amortizado	184.906	184.906	102.321	102.321
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	-	-	46.146	46.146
Mútuos a pagar à partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	154	154	2.966	2.966
Passivo de arrendamento	Nível 2	Custo amortizado	47.712	47.712	28.779	28.779
Total			270.650	270.650	216.736	216.736

	Hierarquia do valor justo	Categoria	Consolidado			
			2021		2020	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Custo amortizado	11.707	11.707	24.599	24.599
Títulos e valores mobiliários	Nível 1	Custo amortizado	12.654	12.654	8.087	8.087
Contas a receber de clientes	Nível 2	Custo amortizado	164.710	164.710	104.686	104.686
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	3.094	3.094	6.281	6.281
Total			192.165	192.165	143.653	143.653
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	62.275	62.275	40.605	40.605
Empréstimos e financiamentos e	Nível 2	Custo amortizado	204.410	204.410	114.556	114.556
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	-	-	46.146	46.146
Mútuos a pagar à partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	115	115	3.032	3.032
Passivo de arrendamento	Nível 2	Custo amortizado	69.632	69.632	28.779	28.779
Total			336.432	336.432	233.118	233.118

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui a contratação periódica de profissionais e/ou empresas especializadas para revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;**
- **Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e**
- **Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).**

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a Companhia e suas controladas analisam as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;

As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia e suas controladas entendem que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil;

As debêntures têm seu valor justo calculado pela taxa de 2% CDI ao ano.

Entende-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, representam seus valores justos;

Os empréstimos e financiamentos contratados se alinham com as condições de mercado verificáveis para operações realizadas para a mesma finalidade e pelos mesmos prazos, de modo que a Administração entende que seu valor justo correspondente ao valor contábil. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar ao valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não coincidir, necessariamente, com os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

5 Aspectos ambientais

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são mitigados por processos operacionais preventivos voltados à segurança ambiental e respectivos controles que garantam a eficácia dos mesmos. A implementação e manutenção da eficácia desses processos e controles demandam investimentos em equipamentos específicos e incorporação de know how, além da contratação e treinamento contínuo de equipe interna para tais atividades e da compra de materiais e serviços correlacionados. Os custos com esses processos são reconhecidas no resultado quando incorridos e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia e suas controladas realizam mensalmente provisão para fechamento e pós-fechamento dos seus aterros, que contemplam todas as ações contínuas de tratamento e monitoramento dos sites até sua inertização, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, vide nota 24.

Com exceção das provisões mencionadas acima a Companhia e suas controladas não veem a necessidade de constituir outras provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais.

6 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	3.134	7.521	6.401	8.356
Certificado de Depósito Bancário	2	8.818	5.306	16.243
	3.136	16.339	11.707	24.599

Os Certificados de Depósito Bancário tem liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 96,22% do CDI (93,43% do CDI em 2020), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estando sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº 4.

7 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado/Controladora	
	2021	2020
Circulante	-	-
Não circulante	12.654	8.087
	12.654	8.087

As aplicações financeiras são Certificados de Depósito Bancário vinculados como garantia dos financiamentos com o BNDES, divulgados na nota explicativa nº 18.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº 4.

8 Contas a receber de clientes

São compostas como segue:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Valores faturados:					
Clientes privados		37.582	31.535	75.756	36.691
Clientes públicos		5.979	5.579	6.390	5.637
		43.561	37.114	82.146	42.328
Medições a faturar:					
Clientes privados		30.897	21.829	50.891	23.642
Clientes públicos		7.747	6.798	7.754	6.798
		38.644	28.627	58.645	30.440
Créditos de carbono		-	6.038	-	6.038
Perdas esperadas (a)		(6.337)	(6.916)	(9.926)	(7.489)
Partes Relacionadas	9	29.282	33.558	33.845	33.369
Total		105.150	98.421	164.710	104.686
Circulante		105.150	98.288	164.710	104.553
Não circulante		-	133	-	133

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valores a vencer	73.797	74.137	117.069	82.602
Vencidos:				
Até 30 dias	8.375	8.227	10.761	8.403
Entre 31 e 60 dias	3.851	1.202	4.009	1.211
Entre 61 e 90 dias	1.879	490	2.700	495
Entre 91 e 180 dias	2.597	1.990	3.075	1.988
Entre 181 e 360 dias	4.053	2.749	4.986	2.765
Acima de 360 dias	16.935	16.542	32.036	14.711
PECLD	(6.337)	(6.916)	(9.926)	(7.489)
	105.150	98.421	164.710	104.686

- (a) A avaliação da perda de crédito esperada é realizada para a carteira de clientes e foi constituída com base em análises de riscos de crédito, que contemplam o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos.

A Companhia e suas controladas não possuem histórico de perdas com clientes públicos, tendo em vista o êxito no recebimento dos títulos, demonstrando que mesmo que a Companhia e suas controladas tenham histórico de atrasos no contas a receber de tais clientes, ainda assim os recebimentos são recuperáveis. Para os clientes públicos vencidos, a Companhia e suas controladas avaliam os créditos em aberto mensalmente e ações judiciais de cobranças são iniciadas após avaliação da diretoria financeira e da diretoria de operações de negócios.

A provisão constituída refere-se integralmente a recebíveis junto a clientes privados. Não há expectativa de perdas de crédito com clientes públicos.

A movimentação da provisão está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	(6.916)	(8.960)	(7.489)	(9.605)
Ajuste de Saldo GRI/Koleta (Reorganização Societária)*	-	-	(3.254)	-
Provisão do exercício	(361)	(2.020)	(2.635)	(2.134)
Reversão do exercício	941	4.064	3.452	4.250
Saldo final	(6.337)	(6.916)	(9.926)	(7.489)

(*) Vide nota 1 (a)

9 Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, qualidade, prazos e condições semelhantes as condições de mercado.

Os saldos a receber e a pagar relativos a transações com partes relacionadas apresentados nestas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (Despesas)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Partes Relacionadas (circulante):						
Solví Participações S.A.	6	49	308	526	(5.740)	(4.343)
Servy Patrimonial Ltda.	-	-	-	180	-	-
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	12	187	149	83	(878)	(886)
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	15	232	-	20	-	-
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	82	380	-	47	13	99
Essencis Ecossistema Ltda.	-	123	-	-	-	1
Primeq Indústria e Comércio Ltda.	-	9	-	175	-	(37)
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	586	7.547	324	115	170	2.052
Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	-	4	-	-	-	-
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga (b)	27.884	23.989	-	13	138.873	134.356
Revita Engenharia S.A.	-	17	88	88	-	-
Termoverde Caieiras Ltda.	649	564	7	-	7.971	6.935
Organosolví - Soluções Orgânicas para a vida S.A.	13	98	-	-	-	-
Organosol Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP	-	13	-	-	-	-
Outros	36	346	868	702	(3.896)	1.430
Total	29.282	33.558	1.745	1.949	136.513	139.607
Circulante	29.282	33.558	1.745	1.949		
Não circulante	-	-	-	-		
Total	29.282	33.558	1.745	1.949		

	Controladora					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (Despesas)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Mútuos (Não circulante):						
Solví Participações S.A.	59.141	-	-	736	1.365	3.817
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	2.272	48	41	221	474
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	-	-	-	-	-	-
Ecototal Sistema de Gestão Ltda	-	-	(913)	(913)	-	(588)
Essencis Ecossistema Ltda.	-	3.759	-	40	-	-
Revita Engenharia S.A.	-	17.250	-	-	-	-
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	-	-	-	-	-	-
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	13.635	467	253	-	(525)
Revita Engenharia S.A.	-	-	-	-	28	-
Biotérmica Energia S.A.	-	-	-	-	-	-
Organosolví - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	-	-	6	6	4	43
Outros	-	-	546	43	531	838
	59.141	36.916	154	206	2.149	4.059
Empresas Controladas						
JPC:						
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	247	-	-	-	-	-
	247	-	-	-	-	-
Empresas Controladas						
AFAC:						
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	10.000	-	-	-	-	-
	10.000	-	-	-	-	-
Circulante	-	-	-	-		
Não circulante	69.389	36.916	154	206		
Total	69.389	36.916	154	206		

Partes Relacionadas (circulante):

Solví Participações S.A.	2.783	49	479	526	(10.400)	(4.343)
Servy Patrimonial Ltda.	-	-	-	180	-	-
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	16	187	149	83	(891)	(886)
Essencis Soluções Ambientais S.A.	-	315	-	372	-	-
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	15	232	-	20	(49)	-
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	-	380	-	47	-	99
Essencis Ecosistema Ltda.	-	123	-	-	-	1
Prameq Indústria e Comércio Ltda.	-	9	-	175	-	(37)
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	7.358	-	115	-	2.052
Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	-	4	-	-	-	-
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga	28.172	23.989	-	13	139.266	134.356
Revita Engenharia S.A.	179	17	88	88	2	-
Termoverde Caieiras Ltda.	649	564	7	-	7.971	6.935
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a vida S.A.	230	98	-	-	-	-
Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP	-	13	-	-	-	-
Outros	1.801	31	1.565	-	(2.694)	1.430
Total	33.845	33.369	2.289	1.619	133.204	139.607

Empresas controladas**Partes relacionadas (não circulante):**

Solví Participações S.A.

Total**Subtotal****Empresas controladas****JPC:**

Solví Participações S.A.

Circulante

Não circulante

Total

Consolidado						
Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (Despesas)		
2021	2020	2021	2020	2021	2020	
-	-	60	-	-	-	-
-	-	60	-	-	-	-
33.845	33.369	2.349	1.619	133.204	139.607	
-	-	381	-	-	-	-
-	-	381	-	-	-	-
33.845	33.369	2.670	1.618	-	-	-
-	-	60	-	-	-	-
33.845	33.369	2.730	1.618	-	-	-

Mútuo (não circulante):

Solví Participações S.A.	59.141	-	-	736	1.365	(341)
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	2.276	48	41	221	262
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	-	-	-	-	-	-
Ecototal Sistema de Gestão Ltda	-	-	(913)	-	-	-
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	-	-	-	-	-	-
Essencis Ecosistema Ltda.	-	-	-	40	-	-
Revita Engenharia S.A.	-	-	12	-	-	-
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	-	-	-	-	-	-
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	13.635	371	303	-	412
Revita Engenharia S.A.	-	17.250	-	-	-	-
Biotérmica Energia S.A.	-	-	-	-	-	-
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	-	-	38	6	4	17
Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	559	(854)	28	569
Total	59.141	33.161	115	272	1.618	919

Circulante

Não circulante

Total

Consolidado						
Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (Despesas)		
2021	2020	2021	2020	2021	2020	
-	-	-	-	-	-	-
59.142	33.161	115	272	1.618	919	
59.142	33.161	115	272	-	-	-

As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional, em condições de preço e prazos semelhantes a aplicado a terceiros, bem como as cobranças de despesas com estruturas e serviços de backoffice realizados em Centro de Serviços Compartilhados. Os contratos de mútuos consistem em transações intragrupo ou com sócios e acionistas, que são contratadas à taxa obtida no mercado pela parte mutuante no momento da contratação ou da renovação.

Os contratos de mútuos estão atrelados a uma taxa de juros de 3% a 9,63% a.a. e de 100% a 140% do CDI, com vencimento de novembro 2024, com a possibilidade de prorrogação.

Movimentação de mútuos no ativo segue abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	36.916	61.735	33.161	55.892
Aplicação	70.342	77.171	70.342	73.028
Juros	2.136	3.250	2.136	2.933
Recebimento de juros	(743)	(10.517)	(743)	(14.810)
Recebimento do principal (i)	(21.151)	(95.330)	(21.151)	(84.445)
Encargos	336	607	336	563
Movimentos relacionados a capital	(18.447)	-	(24.939)	-
Saldo final	69.389	36.916	59.142	33.161

(i) De acordo com a Ata de Assembleia Geral de 30 de junho de 2021, a Companhia integralizou o montante de R\$28.694 em sua controlada GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos Ltda., conforme apresentado na nota explicativa nº 11. Adicionalmente, em decorrência da reestruturação apresentada na nota explicativa nº 1, a Companhia passou a consolidar a GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos Ltda, sendo assim os saldos de Mútuos antes detidos com a investida, passaram a ser eliminados do consolidado.

Movimentação de mútuos no passivo segue abaixo:

Movimentação dos mútuos passivo

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	2.966	-	3.032	2.858
Captação	-	8.642	-	4.905
Juros	13	2.958	13	2.422
Pagamento de juros	(11)	(2.013)	(11)	(2.013)
Pagamento do principal	(2.787)	(6.621)	(2.687)	(5.140)
Encargos	743	-	743	-
Movimentos relacionados a capital	(770)	-	(935)	-
Saldo final	154	2.966	155	3.032

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$9.433 em 2021 (R\$6.642 em 2020).

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Materiais de consumo	12.540	7.589	15.400	9.747
Remessa para industrialização externa	8.216	10.061	18.381	10.354
Sucata eletrônica	4.286	5.408	5.588	6.738
	25.042	23.058	39.369	26.839

No exercício de 2021 foi realizada a baixa de inventário de estoque corresponde a R\$1.963 (R\$209 em 2020).

11 Impostos a recuperar

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
INSS	127	1.700	827	1.789
Pis e Cofins	3.270	971	5.807	1.116
IRPJ	5.553	1.353	11.246	1.581
CSLL	1.727	288	6.263	386
ICMS	2.822	180	5.487	180
Outros Impostos	1.222	1.216	1.236	1.215
	14.720	5.708	30.866	6.267
Circulante	13.506	3.523	29.652	3.937
Não circulante	1.214	2.185	1.214	2.330

12 Dividendos a receber e a pagar

Os estatutos sociais ou os contratos sociais da Companhia e de suas controladas determinam a distribuição de dividendos definido em estatuto, do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a receber e a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como direito no ativo e como obrigação no passivo, respectivamente.

	Controladora				Consolidado			
	Saldo a receber		Saldo a pagar		Saldo a receber		Saldo a pagar	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controladoras:								
Solví Participações S.A.	-	-	12.698	39.742	-	-	19.701	40.225
Controladas:								
Essencis Ecosystems Ltda.	-	223	-	-	-	-	-	-
GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos	223	-	-	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto:								
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	549	300	-	-	549	300	-	-
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	2.084	5.875	-	-	2.084	5.875	-	-
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	-	3.495	-	-	-	-	-	-
	2.856	9.893	12.698	39.742	2.633	6.175	19.701	40.225
Circulante	2.017	4.018	12.698	39.742	1.794	300	19.701	40.225
Não Circulante	839	5.875	-	-	839	5.875	-	-
	2.856	9.893	12.698	39.742	2.633	6.175	19.701	40.225

Solvi Essencis Ambiental S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Investimentos

Saldos dos investimentos:

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento 31/12/2021	Saldo de investimento 31/12/2020
Essencis Ecosystema Ltda.	-	100,00%	-	(989)	(989)	-	10.982
Essencis Ecosystema Ltda. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	-	(16)	(16)	-	2.406
Prameq Indústria e Comércio Ltda. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	-	(86)	(86)	591	503
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	4.145	100,00%	8.978	1.609	1.609	8.978	10.248
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	-	(206)	(206)	(39)	166
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	153.066	62,34%	85.417	(9.300)	(5.663)	53.249	-
GRI Koleta - Gerenc. de Resíduos Ind. S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	-	(47)	(47)	2.343	-
Total (a)					(5.398)	65.122	24.309

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento 31/12/2021	Saldo de investimento 31/12/2020
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	6.083	66,67%	45.514	7.468	4.979	29.099	25.364
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	2.800	54,00%	24.321	1.843	995	12.872	12.124
Total (b)					5.974	41.971	37.488

Participações em coligadas

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento 31/12/2021	Saldo de investimento 31/12/2020
Total (c)					-	-	26.069

Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Individual (d)

25.940

Total dos investimentos individual: (a) + (b) + (c) + (d)

133.033

Prameq Indústria e Comércio Ltda. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos (e)

503

Totas dos investimentos consolidado: (b) + (c) + (e)

42.562

64.060

Solvi Essencis Ambiental S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mutações dos investimentos em controladas e coligadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são demonstradas a seguir:

Mutações dos investimentos:

Participações em controladas

Empresa	Saldo em 31/12/2020	Equivalência Patrimonial	Equivalência S/ Mov. Patrimonial	Dividendos / JCP	Aumento de Capital	Perda no investimento	Reorganização Societária (*)	Transação entre acionistas	Saldo em 31/12/2021
Essencis Ecosystema Ltda.	10.982	(989)	-	-	738	-	(10.731)	-	-
Essencis Ecosystema Ltda. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	2.406	(16)	-	-	-	-	(2.390)	-	-
Prameq Indústria e Comércio Ltda. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	502	(86)	-	-	-	-	175	-	591
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	10.248	1.609	-	(2.879)	-	-	-	-	8.978
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	166	(206)	-	-	-	-	-	-	(40)
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	26.069	(5.663)	3	-	28.694	-	10.731	(6.585)	53.249
GRI Koleta - Gerenc. de Resíduos Ind. S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	(47)	-	-	-	-	2.390	-	2.343
	50.373	(5.533)	3	(2.879)	29.432	-	175	(6.450)	65.121

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Saldo em 31/12/2020	Equivalência Patrimonial	Equivalência S/ Mov. Patrimonial	Dividendos / JCP	Saldo em 31/12/2021
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	25.364	4.979	1	(1.245)	29.099
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	12.124	995	2	(249)	12.872
	37.488	5.974	3	(1.494)	41.971
Resultado de equivalência patrimonial					576

Consolidado

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Saldo em 31/12/2020	Equivalência Patrimonial	Equivalência S/ Mov. Patrimonial	Dividendos / JCP	Aumento de Capital	Perda no investimento	Reorganização Societária (*)	Aquisição de controle	Saldo em 31/12/2021
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	25.364	4.979	1	(1.245)	-	-	-	-	29.099
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	12.124	995	2	(249)	-	-	-	-	12.872
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	26.069	-	-	-	-	-	(26.070)	-	(1)
Prameq Indústria e Comércio Ltda. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	502	(86)	-	-	-	-	175	-	591
	64.060	5.888	3	(1.494)	-	-	(25.895)	-	42.562

Solvi Essensis Ambiental S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) vide nota 1 (a)

Mutações dos investimentos:

Participações em controladas

Empresa	Saldo em 31/12/2019	Equivalência Patrimonial	Dividendos / JCP	Aumento de Capital	Perda no investimento	Saldo em 31/12/2020
Essensis Ecosystema Ltda.	12.460	(1.478)	-	-	-	10.982
Prameq Indústria e Comércio Ltda.	(975)	(270)	-	-	1.245	-
Essensis Ecosystema Ltda. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	2.476	(70)	-	-	-	2.406
Prameq Indústria e Comércio Ltda. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	765	(86)	-	-	(176)	503
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	7.772	2.476	-	-	-	10.248
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	511	(345)	-	-	-	166
	23.009	227	-	-	1.069	24.905

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Saldo em 31/12/2019	Equivalência Patrimonial	Dividendos / JCP	Aumento de Capital	Perda no investimento	Saldo em 31/12/2020
Essensis MG Soluções Ambientais S.A.	19.159	6.205	-	-	-	25.364
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	11.571	736	(183)	-	-	12.224
	30.730	6.941	(183)	-	-	37.488

Participações em coligadas

Empresa	Saldo em 31/12/2019	Equivalência Patrimonial	Dividendos / JCP	Aumento de Capital	Perda no investimento	Saldo em 31/12/2020
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	25.429	(5.741)	-	6.879	(498)	26.069
	25.429	(5.741)	-	6.879	(498)	26.069

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Participações em controladas

	2021	2020
Essencis Ecosistema Ltda.	3.083	3.083
Macaé	4.250	4.250
Ecolar	12.913	12.913
Incineração	511	511
Remediação	5.183	5.183
Total	25.940	25.940

14 Imobilizado

É composto como segue:

		Controladora			
Taxa média anual - %		2021		2020	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterro e infra em aterros	(*)	332.024	(209.942)	122.081	112.656
Terrenos, edificações e construção civil (**)	5%	105.645	(38.705)	66.940	63.809
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	31.116	(25.018)	6.098	7.280
Máquinas e equipamentos	10%	142.377	(71.025)	71.352	61.061
Móveis e utensílios	10%	3.255	(2.317)	938	874
Equipamentos de informática	20%	4.153	(3.137)	1.015	455
Veículos e equipamentos	20%	2.932	(746)	2.186	751
Imobilizado em andamento	-	40.306	-	40.306	50.264
		661.808	(350.890)	310.917	297.150

		Consolidado			
Taxa média anual - %		2021		2020	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterro e infra em aterros	(*)	379.524	(243.169)	136.354	123.577
Terrenos, edificações e construção civil (**)	5%	112.563	(40.985)	71.579	67.194
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	34.496	(27.554)	6.942	7.280
Máquinas e equipamentos	10%	195.833	(108.346)	87.486	63.379
Móveis e utensílios	10%	4.788	(3.484)	1.304	910
Equipamentos de informática	20%	6.429	(4.932)	1.497	482
Veículos e equipamentos	20%	39.017	(31.195)	7.822	754
Imobilizado em andamento	-	62.327	-	62.326	60.404
		834.977	(459.666)	375.310	323.980

(*) Os aterros sanitários referem-se às infraestruturas para disposição final de resíduos nas cidades de Curitiba-PR, Caieiras-SP, São Paulo-SP, Macaé-RJ, Betim,-MG Juiz de Fora-MG, Joinville-SC, Capela Santana-RS e São José dos Campos-SP, que são amortizados (exauridos) de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, em relação à capacidade total estimada dos aterros.

(**) Terrenos não são depreciados.

A movimentação do imobilizado da Controladora de 2021 e 2020 é composta como segue:

Custo do Imobilizado	Controladora					Saldo 2021
	Saldo 2020	Adição	Baixa	Transferência	Custo de Fechamento	
Aterro e infra em aterros	304.937	903	-	26.184	-	332.024
Terrenos, edificações e construção civil	98.891	28	-	6.726	-	105.645
Benfeitorias em bens de terceiros	31.116	-	-	-	-	31.116
Máquinas e equipamentos	126.075	16.282	(619)	640	-	142.378
Móveis e utensílios	2.982	273	-	-	-	3.255
Equipamentos de informática	3.427	736	(12)	-	-	4.151
Veículos e equipamentos	1.201	1.730	-	-	-	2.931
Imobilizado em andamento	50.264	29.958	(6.366)	(33.550)	-	40.306
	618.893	49.910	(6.997)	-	-	661.806

Depreciação	Controladora					Saldo 2021
	Saldo 2020	Adição	Baixa	Transferência	Custo de Fechamento	
Aterro e infra em aterros	(192.281)	(17.662)	-	-	-	(209.943)
Edificações e construção civil	(35.082)	(3.622)	-	-	-	(38.704)
Benfeitorias em bens de terceiros	(23.836)	(1.181)	-	-	-	(25.017)
Máquinas e equipamentos	(65.014)	(6.543)	532	-	-	(71.025)
Móveis e utensílios	(2.108)	(209)	-	-	-	(2.317)
Equipamentos de informática	(2.972)	(176)	11	-	-	(3.137)
Veículos e equipamentos	(450)	(296)	-	-	-	(746)
	(321.743)	(29.689)	543	-	-	(350.889)
	297.150	20.221	(6.454)	-	-	310.917

Custo do Imobilizado	Controladora					Saldo 2020
	Saldo 2019	Adição	Baixa	Transferência	Custo de Fechamento	
Aterro e infra em aterros	279.062	3.226	-	22.649	-	304.937
Terrenos, edificações e construção civil	89.927	183	-	8.781	-	98.891
Benfeitorias em bens de terceiros	31.062	55	(1)	-	-	31.116
Máquinas e equipamentos	114.393	12.808	(2.807)	1.681	-	126.075
Móveis e utensílios	3.105	307	(430)	-	-	2.982
Equipamentos de informática	3.707	84	(379)	15	-	3.427
Veículos e equipamentos	569	757	(125)	-	-	1.201
Imobilizado em andamento	52.152	31.238	-	(33.126)	-	50.264
	573.977	48.658	(3.742)	-	-	618.893

Depreciação	Controladora					Saldo 2020
	Saldo 2019	Adição	Baixa	Transferência	Custo de Fechamento	
Aterro e infra em aterros	(177.853)	(14.428)	-	-	-	(192.281)
Edificações e construção civil	(31.707)	(3.375)	-	-	-	(35.082)
Benfeitorias em bens de terceiros	(22.608)	(1.229)	1	-	-	(23.836)
Máquinas e equipamentos	(62.119)	(5.576)	2.681	-	-	(65.014)
Móveis e utensílios	(2.318)	(211)	421	-	-	(2.108)
Equipamentos de informática	(3.199)	(152)	379	-	-	(2.972)
Veículos e equipamentos	(501)	(74)	125	-	-	(450)
	(300.305)	(25.045)	3.607	-	-	(321.743)
	273.672	23.613	(135)	-	-	297.150

Movimentação do imobilizado consolidado de 2021 e 2020 é composta como segue:

Custo do Imobilizado	Consolidado						Saldo 2021
	Saldo 2020	Aquisição de controle	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização Societária	
Aterro e infra em aterros	342.836	-	1.341	-	35.347	-	379.524
Terrenos, edificações e construção civil	103.849	916	407	-	7.391	-	112.563
Benfeitorias em bens de terceiros	31.117	3.380	-	-	-	-	34.497
Máquinas e equipamentos	131.557	43.445	20.817	(626)	640	-	195.833
Móveis e utensílios	3.113	1.250	428	(3)	-	-	4.788
Equipamentos de informática	3.633	1.625	1.182	(11)	-	-	6.429
Veículos e equipamentos	1.279	35.570	2.953	(785)	-	-	39.017
Imobilizado em andamento	60.404	1.240	38.609	(6.366)	(43.508)	11.949	62.328
	677.788	87.426	65.737	(7.791)	(130)	11.949	834.979

Depreciação	Consolidado						Saldo 2021
	Saldo 2020	Aquisição de controle	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização Societária	
Aterro e infra em aterros	(218.911)	-	(24.258)	-	-	-	(243.169)
Edificações e construção civil	(37.003)	(135)	(3.847)	-	-	-	(40.985)
Benfeitorias em bens de terceiros	(23.837)	(2.410)	(1.309)	-	-	-	(27.556)
Máquinas e equipamentos	(68.178)	(30.902)	(9.804)	538	-	-	(108.346)
Móveis e utensílios	(2.203)	(1.017)	(266)	2	-	-	(3.484)
Equipamentos de informática	(3.151)	(1.579)	(213)	11	-	-	(4.932)
Veículos e equipamentos	(525)	(29.555)	(1.902)	785	-	-	(31.197)
	(353.808)	(65.599)	(41.599)	1.336	-	-	(459.669)
	323.980	21.827	24.138	(6.455)	(130)	11.949	375.310

Custo do Imobilizado	Consolidado						Saldo 2020
	Saldo 2019	Aquisição de controle	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização Societária	
Aterro e infra em aterros	312.009	-	3.226	-	27.601	-	342.836
Terrenos, edificações e construção civil	94.904	-	110	-	8.835	-	103.849
Benfeitorias em bens de terceiros	31.089	-	29	(1)	-	-	31.117
Máquinas e equipamentos	119.113	-	13.597	(2.834)	1.681	-	131.557
Móveis e utensílios	3.239	-	307	(433)	-	-	3.113
Equipamentos de informática	3.908	-	90	(380)	15	-	3.633
Veículos e equipamentos	644	-	760	(125)	-	-	1.279
Imobilizado em andamento	61.962	-	36.574	-	(38.132)	-	60.404
	626.868	-	54.693	(3.773)	-	-	677.788

Depreciação	Consolidado						Saldo 2020
	Saldo 2019	Aquisição de controle	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização Societária	
Aterro e infra em aterros	(200.183)	-	(18.728)	-	-	-	(218.911)
Edificações e construção civil	(33.436)	-	(3.567)	-	-	-	(37.003)
Benfeitorias em bens de terceiros	(22.634)	-	(1.204)	1	-	-	(23.837)
Máquinas e equipamentos	(64.500)	-	(6.387)	2.709	-	-	(68.178)
Móveis e utensílios	(2.406)	-	(221)	424	-	-	(2.203)
Equipamentos de informática	(3.387)	-	(144)	380	-	-	(3.151)
Veículos e equipamentos	(575)	-	(75)	125	-	-	(525)
	(327.121)	-	(30.326)	3.639	-	-	(353.808)
	299.747	-	24.367	(134)	-	-	323.980

Garantia

Os financiamentos dos ativos imobilizados são garantidos por meio de aval das empresas do Grupo Essencis. Estão sujeitos a garantia adicional, os financiamentos de projetos por meio de fiança bancária ou conta reserva e os financiamentos de máquinas e equipamentos por meio da alienação fiduciária dos bens.

Imobilizados em andamento

Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais ativos em construção referem-se a infraestrutura de aterros sanitários e estações de tratamento de efluentes.

Redução ao valor recuperável

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ativos no mínimo anualmente, ou quando existir um indicativo de desvalorização. Não foram verificados indicativos de irrecuperabilidade de ativos nos exercícios findados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

15 Direito de uso – arrendamento

O saldo da controladora e consolidado são compostos como seguem:

Controladora				
Ativo subjacente	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Aquisição	Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Aluguel de imóvel comercial	22.929	20.317	(3.749)	39.497
Aluguel de imóvel comercial (Aterros)	3.611	175	(985)	2.801
Aluguel de veículos pesados	406	2.382	(1.020)	1.768
	26.946	22.874	(5.754)	44.066
Ativo subjacente	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Aquisição	Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Aluguel de imóvel comercial	21.884	3.142	(2.097)	22.929
Aluguel de imóvel comercial (Aterros)	4.795	194	(1.378)	3.611
Aluguel de veículos pesados	650	68	(312)	406
	27.329	3.404	(3.787)	26.946

Consolidado					
Ativo subjacente	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Aquisição	Amortização	Reorganização Societária(*)	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Aluguel de imóvel comercial	22.929	23.962	(5.063)	9.044	50.872
Aluguel de imóvel comercial (Aterros)	3.611	175	(985)	-	2.801
Aluguel de veículos pesados	406	5.360	(3.700)	8.733	10.799
	26.946	29.497	(9.748)	17.777	64.472
Ativo subjacente	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Aquisição	Amortização	Reorganização Societária(*)	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Aluguel de imóvel comercial	21.884	3.142	(2.097)	-	22.929
Aluguel de imóvel comercial (Aterros)	4.795	194	(1.378)	-	3.611
Aluguel de veículos pesados	650	68	(312)	-	406
	27.329	3.404	(3.787)	-	26.946

(*) vide nota 1 (a)

16 Intangível

É composto como segue:

		Controladora			
		2021		2020	
	Taxa média anual - %	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Licença e direito de uso	25%	4.006	(4.006)	-	109
Carteira de clientes	20%	1.650	(1.018)	632	963
Software	20%	2.837	(2.759)	78	-
Direitos contratuais	10%	113	(79)	34	45
Total intangível		8.606	(7.862)	744	1.117

		Saldo 2020	Adição	Saldo 2021
Custo				
Licença e direito de uso		4.006	-	4.006
Carteira de clientes		1.650	-	1.650
Software		2.792	45	2.837
Direitos contratuais		113	-	113
		8.561	45	8.606
Amortização				
Licença e direito de uso		(4.006)	-	(4.006)
Amortização de clientes		(688)	(330)	(1.018)
Software		(2.682)	(77)	(2.759)
Direitos contratuais		(68)	(11)	(79)
		(7.444)	(418)	(7.862)
Intangível líquido		1.117	(373)	744

		Consolidado			
		2021		2020	
	Taxa média anual - %	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Licença e direito de uso	-	4.266	(4.226)	40	-
Carteira de clientes	20%	1.690	(1.017)	673	963
Software	20%	3.769	(3.457)	312	109
Direitos contratuais	10%	1.144	(1.110)	34	45
Mais valia de intangíveis:					
Licença e direito de uso - mais valia	3%	8.913	(4.643)	4.270	5.032
Marcas	-	-	-	-	-
Relacionamento de clientes	9%	334	(177)	157	160
		20.116	(14.630)	5.486	6.309
Ágio					
Essencis Ecosystema Ltda.	-	3.083	-	3.083	3.083
GRI Koleta	-	6.051	-	6.051	-
Macaé	-	4.250	-	4.250	4.250
Ecolar	-	28.151	15.238	12.913	12.913
Incinerção	-	3.946	3.435	511	511
Remediação	-	6.624	1.441	5.183	5.183
		52.105	20.114	31.991	25.940
Total intangível		72.221	(34.744)	37.477	32.249

movimentação do intangível de 2021 e 2020 é composta como segue:

Consolidado						
Custo	Saldo 2020	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização societária	Saldo 2021
Licença e direito de uso	4.006	-	-	-	260	4.266
Carteira de clientes	1.690	-	-	-	-	1.690
Software	3.593	46	-	130	-	3.769
Direitos contratuais	1.144	-	-	-	-	1.144
Mais valia de intangíveis:						
Licença e direito de uso - mais valia	8.934	-	-	(21)	-	8.913
Relacionamento de clientes	334	-	-	-	-	334
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:						
Prameq	-	-	-	-	-	-
Ecosistema	3.083	-	-	-	-	3.083
GRI Koleta	-	-	-	-	6.051	6.051
Macaé	4.250	-	-	-	-	4.250
Ecolar	28.151	-	-	-	-	28.151
Incineração	3.946	-	-	-	-	3.946
Remediação	6.624	-	-	-	-	6.624
	65.755	46	-	109	6.311	72.221
Amortização	Saldo 2020	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização societária	Saldo 2021
Licença e direito de uso	(4.196)	(30)	-	-	-	(4.226)
Amortização de clientes	(687)	(330)	-	-	-	(1.017)
Software	(3.334)	(123)	-	-	-	(3.457)
Direitos contratuais	(1.099)	(11)	-	-	-	(1.110)
Mais valia de intangíveis:						
Licença e direito de uso - mais valia	(3.902)	(741)	-	-	-	(4.643)
Relacionamento de clientes	(174)	(3)	-	-	-	(177)
Amortização de ágio:						
Ecolar	(15.238)	-	-	-	-	(15.238)
Incineração	(3.435)	-	-	-	-	(3.435)
Remediação	(1.441)	-	-	-	-	(1.441)
	(33.506)	(1.238)	-	-	-	(34.744)
Intangível líquido	32.249	(1.192)	-	109	6.311	37.477

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo	Saldo 2019	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização societária	Saldo 2020
Licença e direito de uso	4.006	-	-	-	-	4.006
Carteira de clientes	1.690	-	-	-	-	1.690
Software	3.593	-	-	-	-	3.593
Direitos contratuais	1.144	-	-	-	-	1.144
						-
Mais valia de intangíveis:						
Licença e direito de uso - mais valia	8.934	-	-	-	-	8.934
Marcas	1.627	-	(1.627)	-	-	-
Relacionamento de clientes	1.420	-	(1.086)	-	-	334
						-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:						
Prêmio	363	-	(363)	-	-	-
Ecosistema	3.083	-	-	-	-	3.083
Macaé	4.250	-	-	-	-	4.250
Ecolar	28.151	-	-	-	-	28.151
Incineração	3.946	-	-	-	-	3.946
Remediação	6.624	-	-	-	-	6.624
	68.831	-	(3.076)	-	-	65.755
Amortização	Saldo 2019	Amortização	Baixa	Transferência	Reorganização societária	Saldo 2020
Licença e direito de uso	(4.196)	-	-	-	-	(4.196)
Amortização de clientes	(357)	(330)	-	-	-	(687)
Software	(3.096)	(238)	-	-	-	(3.334)
Direitos contratuais	(1.087)	(12)	-	-	-	(1.099)
Mais valia de intangíveis:						
Licença e direito de uso - mais valia	(3.414)	(488)	-	-	-	(3.902)
Marcas	(917)	(131)	1.048	-	-	-
Relacionamento de clientes	(808)	(5)	639	-	-	(174)
Amortização de ágio:						
Ecolar	(15.238)	-	-	-	-	(15.238)
Incineração	(3.435)	-	-	-	-	(3.435)
Remediação	(1.441)	-	-	-	-	(1.441)
	(33.989)	(1.204)	1.687	-	-	(33.506)
Líquido	34.842	(1.204)	(1.389)	-	-	32.249

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de *Impairment*)

Em 2021, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas se houve alguma indicação de que determinados ativos pudessem ter sofrido desvalorização. O teste de valor recuperável é realizado anualmente por empresa especializada. O teste de *impairment* dos ágios das UGC de negócio, que inclui a Companhia, é baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2021.

Em 2021, o valor recuperável foi estimado por meio do valor presente dos fluxos de caixa futuros que a Companhia espera obter de suas controladas, a fim de determinar o fluxo de caixa da Companhia consolidado, conforme abaixo:

2021				
UGC	ATIVO UGC	ÁGIO	VALOR CONTÁBIL	VALOR EM USO
Essencis Consolidado	474.092	31.991	506.083	942.000
Gri Koleta	111.563	6.051	117.614	156.356
Essencis	362.529	25.940	388.469	785.644
Ecosistema	3.815	3.083	6.898	8.643
Macaé/Ecolar/Incineração/Remediação	358.714	22.857	381.571	777.001

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

Unidade geradora de caixa GRI Koleta

O valor recuperável da unidade geradora de caixa da GRI Koleta é de R\$156.356 em 31 de dezembro de 2021 e também foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa até 31 de dezembro de 2031 com base em estimativas financeiras aprovadas pela alta administração. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 9,4%.

Unidade geradora de caixa Ecosistema

O valor recuperável da unidade geradora de caixa da Ecosistema é de R\$8.643 em 31 de dezembro de 2021 e também foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa até 31 de dezembro de 2034 com base em estimativas financeiras aprovadas pela alta administração. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 9,4%.

Unidade geradora de caixa Macaé/Ecolar/Incineração/Remediação

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de Macaé/Ecolar/Incineração/Remediação é de R\$777.001 em 31 de dezembro de 2021 e também foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa até 31 de dezembro de 2048 com base em estimativas financeiras aprovadas pela alta administração. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 8,5%.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

O cálculo do valor em uso para as unidades mencionadas acima são mais sensíveis às seguintes premissas:

Receita

A receita é planejada conforme característica do aterro, sendo KI, KII ou Inertes, tem como premissa o crescimento de resíduo com lastro no PIB (principalmente o resíduo proveniente de indústrias) e/ou tendência de crescimento do volume por região. A base histórica serve de apoio neste momento. Lembrando que como em toda meta, tem o desafio de buscar novos clientes para maximização da receita. O crescimento populacional por região/cidade atendida foi um apoio para os estudos das áreas comerciais principalmente para os resíduos urbanos. Com relação ao preço, os contratos no geral tem como indexador de reajuste o IPCA, com prazos médios de 1 ano renováveis. Adicionalmente contratos ativos e que não possuem sinalização de concorrências no ano seguinte, ou que há o cenário de confiança para renovação (satisfação do cliente, histórico do cliente, competitividade da GRI nos contratos, etc), se avalia a série histórica de cada contrato, prevendo ganhos de reajuste de preço com base em índices contratuais e índices de reajuste de mão de obra, e ponderando possíveis oscilações de mercado com a venda de recicláveis (Ex: relatório Anguti para aparas de papelão). Novos Negócios: com base nas concorrências em andamento no ano base, e com o "termômetro comercial" (funil de vendas - probabilidade de fechamento), projetamos o desafio comercial para o ano seguinte. Como premissa geral, a receita é ajustada de modo a preservar a rentabilidade do negócio do ano base, salvo exceções de grandes desmobilizações.

EBITDA

Considera a margem histórica, estimativa de correção de preço, bem como os projetos em andamento com o objetivo de maior eficiência de custos e crescimento de receita.

Impostos Diretos

Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação de cada entidade.

Taxa de Desconto

Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01/IAS 36.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade de deterioração do ágio, a Companhia considerou reduções no valor de uso de cada unidade geradora de caixa, expressas em pontos percentuais (p.p.) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

- Diminuindo 5%, 10% e 15%

Como resultado da análise de sensibilidade, não foi identificado impairment.

Em 31 de dezembro de 2021, não houve fatores internos e/ou externos que alterassem de forma significativa o valor recuperável dos ativos.

17 Fornecedores

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fornecedores		32.247	35.144	58.310	37.585
Partes Relacionadas	9	-	1.949	2.730	1.618
		32.247	37.093	61.040	39.203
Circulante		29.159	37.021	57.593	39.131
Não circulante		3.088	72	3.447	72

18 Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	184.906	102.321	204.410	114.556
	184.906	102.321	204.410	114.556
Circulante	57.072	22.343	61.574	22.389
Não Circulante	127.834	79.978	142.836	92.167

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
2022	-	22.031	-	23.659
2023	53.638	22.285	58.199	24.727
2024	30.905	35.662	34.857	43.781
2025	12.759	-	15.919	-
Após 2026	30.533	-	33.861	-
	127.834	79.978	142.836	92.167

Os valores que compõem o saldo referem-se, a empréstimos e financiamentos junto a instituições bancárias e BNDES, nas modalidades, Finem, Leasing, CDC e Capital de Giro.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

Os contratos firmados com o BNDES contêm garantias (vide nota explicativa nº 7) e cláusulas restritivas de vencimento antecipado, que estabelecem que determinados eventos deverão ser comunicados antecipadamente ou anuídos pelo BNDES, sendo os mais relevantes os atos de reorganização societária envolvendo a Companhia e suas controladas, inadimplementos de dívidas e venda ou transferência de propriedade de determinados ativos. O contrato de financiamento, firmado em 31 de dezembro de 2014, tem garantia por carta de fiança bancária, emitidas pelo Banco Santander Brasil garant S.A. e Banco Itaú BBA S.A., no montante de R\$33.970 e R\$51.003, respectivamente.

Todas as cláusulas quantitativas e qualitativas restritivas referentes aos contratos estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

As cláusulas constante nos contratos vigentes são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade da Companhia e suas controladas de conduzirem seus negócios.

Em Dezembro de 2019, a Companhia firmou novo contrato de financiamento junto ao BNDES, com a interveniência da sua controladora, Solví Participações S.A. O referido contrato contém *covenants* que estabelecem requisitos financeiros a serem cumpridos.

O índice estabelecido pelo BNDES a ser apurado pela Companhia é o Índice de Cobertura so Serviço de Dívida – ICSD, conforme abaixo:

Meta	Metodologia
ICSD $\geq$ 1,3	EBTIDA Serviço da Dívida

Adicionalmente, o contrato possui *covenants* financeiros a serem cumpridos pela controladora Solví Participações, na qualidade de interveniente, conforme abaixo:

Empresa	Índices	Meta
Solví Participações S.A.	Dívida total líquida/ Ebitda	<3,5
	Dívida total/ Ativo total	<0,5

a) Conciliação da movimentação de empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
BNDES/BRDE/Santander	IPCA + 4,45% a.a. a IPCA+ 6,05% a.a.	Set/2023 a Jan/2029	134.224	100.966	146.997	113.201
	Pré-fixado de 1,40% a.a. a 7,95% a.a.					
	TJLP + 1,00% a.a. a TJLP + 1,40% a.a.					
Finame	CDI + 3,85% a.a.	Ago/2025 a Dez/2025	-	-	3.470	-
	Pré-fixado de 4,53% a.a. a 4,74% a.a.					
Crédito direto ao consumidor	CDI + 3,80% a.a. a CDI + 3,85% a.a.	Jun/2022 a Jan/2025	8.643	1.355	9.181	4.355
	Pré-fixado de 9,38% a.a. a 10,95% a.a.					
Capital de giro	CDI + 1,94% a.a. a CDI + 3,30%	Mai/2023 a Dez/2024	42.039	-	44.763	-
			184.906	102.321	204.410	114.556

Controladora								
Modalidade	Saldo Inicial 2020	Captação	Juros	Pgto Juros	Pagamento Principal	Variação monetária	Reorganização Societária	Saldo Final 2021
BNDES	100.966	48.126	13.091	(11.505)	(16.982)	533	-	134.228
Crédito direto ao consumidor	1.355	8.024	295	(227)	(808)	-	-	8.639
Capital de giro	-	50.000	2.321	(1.949)	(8.334)	-	-	42.038
	102.321	106.150	15.707	(13.681)	(26.124)	533	-	184.906

Controladora								
Modalidade	Saldo Inicial 2019	Captação	Juros	Pgto Juros	Pagamento Principal	Variação monetária	Reorganização Societária	Saldo Final 2020
Finame/Finep	378	-	12	(13)	(377)	-	-	-
BNDES	58.075	55.777	5.279	(3.744)	(14.421)	-	-	100.966
Crédito direto ao consumidor	5	1.331	69	(26)	(24)	-	-	1.355
Leasing	139	-	27	(57)	(109)	-	-	-
	58.597	57.108	5.387	(3.840)	(14.931)	-	-	102.321

Consolidado								
Modalidade	Saldo Inicial 2020	Captação	Juros	Pgto Juros	Pagamento Principal	Variação monetária	Reorganização Societária (*)	Saldo Final 2021
Finame/Finep	-	1.014	205	(184)	(696)	121	3.010	3.470
BNDES	113.201	48.126	13.401	(11.812)	(16.982)	1.067	-	147.000
Crédito direto ao consumidor	1.355	8.548	309	(227)	(808)	-	-	9.177
Capital de giro	-	53.000	2.406	(2.025)	(8.869)	-	251	44.763
	114.556	110.687	16.321	(14.248)	(27.355)	1.188	3.261	204.410

Consolidado						
Modalidade	Saldo Inicial 2019	Captação	Juros	Pgto Juros	Pagamento Principal	Saldo Final 2020
Finame/Finep	378	-	12	(13)	(377)	-
BNDES	58.078	67.900	5.545	(3.900)	(14.422)	113.201
Crédito direto ao consumidor	5	1.331	69	(26)	(24)	1.355
Leasing	139	-	27	(57)	(109)	-
	58.600	69.231	5.653	(3.996)	(14.932)	114.556

(*) vide nota 1 (a)

19 Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Debêntures	-	46.146	-	46.146
	-	46.146	-	46.146

Em Setembro de 2011, a Companhia emitiu debêntures simples, no valor nominal total de R\$150 mi não conversíveis em ações, nominativas, da espécie com garantia flutuante em série única vencimento original em Setembro de 2023, entretanto em Junho de 2021 a Companhia decidiu pela antecipação da quitação do saldo da dívida liquidando totalmente a operação.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures são garantidas por cessão fiduciária de receita em volume correspondente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) da receita bruta da Emissora, observada a cessão fiduciária de direitos de crédito detidos pela Emissora e originados da prestação de serviços realizados pela Emissora a seus clientes e pela alienação fiduciária de terreno onde esta localizado o aterro de Caieiras e de imóveis no município de Macaé, de sua propriedade.

Com relação às cláusulas restritivas que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto o vencimento antecipado das debêntures exige-se a observação de determinados índices, cujos principais são: ICSD, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, Liquidez Corrente Ajustada; EBITDA dividido por Despesas Financeiras; Índice de Alavancagem Máxima. As cláusulas quantitativas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

a) Conciliação da movimentação de debêntures

Controladora e Consolidado					
	2020	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	2021
Debêntures	46.146	1.840	(2.150)	(45.836)	-
	46.146	1.840	(2.150)	(45.836)	-

Controladora e Consolidado					
	2019	Juros	Pagamento de juros	Pagamento do principal	2020
Debêntures	62.906	4.360	(4.453)	(16.667)	46.146
					46.146
Circulante					17.057
Não circulante					29.089

20 Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é representada como segue:

		Controladora		Consolidado	
	Taxa de desconto	Vencimento	2021	2020	2021
Arrendamento mercantil	8,48% a.a.	Jun/2024	47.712	28.779	69.632
			47.712	28.779	69.632
Circulante			5.306	5.184	9.200
Não circulante			42.406	23.595	60.432
					5.184
					23.595

Movimentação do passivo de arrendamento:

	Controladora							Saldo em 31 de dezembro de 2021
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Apropriação de juros	Pagamento juros	Pagamento principal	Reorganização societária (*)	Novos contratos	
Arrendamento mercantil	28.779	23.491	3.752	(3.752)	(4.558)	-	-	47.712
	Consolidado							Saldo em 31 de dezembro de 2021
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Apropriação de juros	Pagamento juros	Pagamento principal	Reorganização societária (*)	Novos contratos	
Arrendamento mercantil	28.779	30.099	5.565	(5.565)	(7.934)	18.688	-	69.632
	Controladora e Consolidado							Saldo em 31 de dezembro de 2020
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Adições	Apropriação de juros	Pagamento juros	Pagamento principal	Reorganização societária (*)	Novos contratos	
Arrendamento mercantil	28.325	3.404	2.370	(2.388)	(2.932)	-	-	28.779

(*) vide nota 1 (a)

Informações Adicionais

A Administração avalia que as taxas utilizada representam o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de seus contratos.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente.

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
2021	5.306	5.184	9.200	5.184
2022 à 2023	4.804	4.824	9.028	4.823
2024 à 2026	13.620	9.440	21.932	9.440
2027	4.766	3.324	6.503	3.324
2028	4.633	3.069	6.518	3.069
2029	4.545	2.938	6.413	2.939
2030	686	-	686	-
Após 2031	9.352	-	9.352	-
	47.712	28.779	69.632	28.779

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de Caixa	Nominal	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação de Arrendamento	98.799	69.632
PIS/COFINS Potencial (9,25%)	(9.139)	(6.441)
	89.660	63.191

Informações adicionais - Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Para efetuar o desconto a valor presente de arrendamentos a pagar, a Companhia e suas controladas utilizaram a taxa de juros incremental nominal. Os contratos de arrendamento da Companhia e suas controladas têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários. Para atender as orientações da CVM, em seu Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019, a Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do exercício:

Fluxo Contratual Pagamentos - Consolidado

	2022	2023	2024	2025	Acima de 2025	Total
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	9.200	9.028	9.340	6.562	35.502	69.632
Fluxo com Projeção de Inflação	9.986	10.181	10.842	7.814	47.263	86.086

21 Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários	1.272	1.061	3.636	1.055
Encargos trabalhistas	2.373	2.620	8.628	2.824
Férias	7.573	5.275	12.891	5.570
Participação nos resultados	8.043	5.314	10.434	5.779
Outros	1.205	-	1.513	-
	20.466	14.270	37.102	15.228

Benefício de previdência privada

Aos funcionários que aderem, a Companhia e suas controladas provêm um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$111 (R\$142 em 2020), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

22 Impostos, taxas e contribuições

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ISS	2.036	4.048	2.510	4.354
Pis sobre vendas	1.012	692	1.461	795
Cofins sobre vendas	4.097	3.065	5.986	3.542
IR fonte	918	495	1.163	506
Parcelamento (a)	850	553	1.307	553
ICMS	934	-	1.683	-
Imposto de renda e contribuição social	-	2.053	415	2.287
Outros Impostos	427	644	669	393
	10.274	11.550	15.194	12.430
Circulante	9.790	11.118	14.379	11.998
Não circulante	484	432	815	432

(a) Refere-se a parcelamentos de IRPJ/CSLL, PIS, COFINS, IR S/ Folha realizados durante o período de 2009 a 2020. Os parcelamentos estão sendo liquidados em parcelas mensais e sucessivas, com juros financeiros equivalentes à taxa SELIC.

23 Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Diferenças temporárias:				
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	60.692	54.959	73.136	63.715
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro		137		137
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.847	6.916	6.436	7.489
Provisões contingências	5.631	5.747	12.899	6.751
Provisão de participações no resultado	8.037	5.314	10.429	5.779
Provisão pós				
Amortização ágio/deságio	72.851	145.701	72.851	145.701
Prejuízo fiscal acumulado	-	-	55.790	7.915
Mais valia de ativos			(3.490)	(3.511)
Reavaliação de terreno de aterro	(1.893)	(2.038)	(1.892)	(2.038)
IFRS 16				
Provisão para baixa em estoque	(974)	-	1.304	-
Benefícios pós emprego	521	-	545	-
Outros	3.535	1.778	6.429	218
Total	151.247	218.514	234.437	232.156
Alíquotas - 34%	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	51.424	74.295	79.709	78.933
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	51.424	74.295	79.709	78.933
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	52.067	74.295	81.539	80.951
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(644)	-	(1.830)	(2.018)

A movimentação das contas do resultado de imposto de renda diferido é:

	Controladora	Consolidado
Imposto de renda e contribuição social ativa		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	74.295	80.951
Reorganização societária	-	16.251
Efeito no resultado do exercício	(22.228)	(15.663)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	52.067	81.539
Imposto de renda e contribuição social passiva		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(2.018)
Efeito no resultado do exercício	(644)	187
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(644)	(1.831)

A reconciliação para a despesa com imposto de renda e contribuição social, tendo como base suas taxas e o valor efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes dos impostos	67.859	125.013	59.228	126.051
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	(23.072)	(42.504)	(20.138)	(42.857)
Incentivos				
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	196	485	1.848	287
Brindes / multas indedutíveis	-	(34)	-	(34)
Bônus / doações / patrocínios	(341)	(403)	(440)	(403)
Ganho de compra vantajosa	-	-	(2)	-
Deduções lei do bem	(57)	(96)	(57)	(96)
Gratificação para Administradores	(800)	-	(800)	-

Amortização de mais valia	-	(325)	-	-
Atualização Monetária	368	-	457	-
Ajuste de inventário	(667)	-	(2.683)	-
Prescrição de crédito	(372)	-	(1.229)	-
Outras	(1.345)	1.531	2.452	719
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(26.090)	(41.346)	(20.592)	(42.384)
Corrente	(3.219)	(19.700)	(5.116)	(21.283)
Diferido	(22.871)	(21.646)	(15.476)	(21.101)
Alíquota efetiva	38,45%	33,07%	34,77%	33,62%

24 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas(a)	6.844	5.747	13.620	6.751
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	60.692	54.959	73.389	63.715
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	199	137	199	137
	67.735	60.843	87.208	70.603

(a) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

São compostas como segue:

	Controladora			Total
	Cível	Trabalhista	Tributário	
Saldo 31/12/2019	616	3.179	-	3.795
Compensação de depósitos judiciais - 2019	-	295	-	295
Reorganização Societária	10	34	-	44
Adições	237	1.973	1.298	3.508
Reversões	(10)	-	-	(10)
Pagamentos	-	(1.693)	-	(1.693)
Total sem compensação judicial	853	3.788	1.298	5.939
Depósitos judiciais	-	(189)	(3)	(192)
Saldo 31/12/2020	853	3.599	1.295	5.747
Compensação de depósitos judiciais - 2019	-	189	3	192
Adições	505	2.159	-	2.664
Reversões	-	(875)	-	(875)
Pagamentos	(10)	(739)	-	(749)
Total sem compensação judicial	1.348	4.333	1.298	6.979
Depósitos judiciais	-	(132)	(3)	(135)
Saldo 31/12/2021	1.348	4.201	1.295	6.844

	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo 31/12/2019	626	3.860	-	4.486
Compensação de depósitos judiciais - 2019	-	295	-	295
Reorganização Societária	-	34	-	34
Adições	237	2.690	1.298	4.225
Reversões	(10)	-	-	(10)
Pagamentos	-	(1.790)	-	(1.790)
Total sem compensação judicial	853	5.089	1.298	7.240
Depósitos judiciais	-	(486)	(3)	(489)
Saldo 31/12/2020	853	4.603	1.295	6.751
Compensação de depósitos judiciais - 2020	-	486	3	489
Reorganização Societária	2.315	3.960	2	6.375
Adições	725	6.284	28	6.939
Reversões	(1.949)	(2.410)	-	(4.359)
Pagamentos	(224)	(1.695)	(3)	(1.922)
Total sem compensação judicial	1.720	11.228	1.325	14.273
Depósitos judiciais	(27)	(624)	(3)	(654)
Saldo 31/12/2021	1.693	10.604	1.322	13.619

(*) vide nota 1 (a)

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais em andamento, em diferentes tribunais e instâncias, de natureza ambiental, criminal, trabalhista, tributária e cível. Para esses processos, a Companhia e suas controladas apresentaram defesa administrativa ou judicial. A Administração e seus assessores legais acreditam que os valores registrados como provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas nos casos de decisão final desfavorável. Em 31 de dezembro de 2021, as provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas da Companhia e suas controladas, cuja chance de perda foram classificadas como possível, totalizam R\$110.539 (R\$87.557 em 2020).

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais a Companhia e suas controladas estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, pelo período de até cinco anos, com referência aos tributos federais e estaduais.

Abaixo estão relacionados os processos relevantes:

Solví Essencis Ambiental S.A., filial Magé-RJ	Execução Fiscal Nº 0001784- 08.2009.8.19.0029	Trata-se de execução fiscal movida pela Pref. de Magé/RJ, com objetivo de executar a CDA constituída sob fundamento de que houve suposto descumprimento de obrigação acessória por emitir notas fiscais sem autenticação do órgão competente. A empresa apresentou a exceção de pré-executividade, na medida em que, em primeiro lugar, é detentora de isenção fiscal para recolhimento de ISS durante 25 anos. Além disso, as notas só são emitidas após aprovação da própria prefeitura, o que tornaria dispensável a autenticação formal da mesma nota. O processo encontra-se em fase de instrução.	Valor envolvido na ação: R\$1.3milhões
Solví Essencis Ambiental S.A., filial Magé-RJ	Execução Fiscal 0001887- 15.2009.8.19.0029	Trata-se de execução fiscal movida pela Pref. de Magé/RJ, com objetivo de executar a CDA constituída sob fundamento de que houve suposto descumprimento de obrigação acessória por falta de escrituração de notas em Livro de Apuração de ISS. Após apresentação da exceção de pré-executividade, a empresa aderiu ao programa de parcelamento fiscal concedido pelo município e autorizado judicialmente em Mandado de Segurança proposta pela Solví Essencis. Atualmente, o processo encontra-se suspenso até o cumprimento integral do parcelamento.	Valor envolvido na ação: R\$4,2mi (valor do parcelamento)
Solví Essencis Ambiental S.A., filial Magé-RJ	Execução Fiscal 0111581- 74.2013.8.19.0029	Trata-se de execução fiscal movida pela Pref. de Magé/RJ, com objetivo de executar a CDA constituída sob fundamento de suposto descumprimento de obrigação acessória e falta de recolhimento de ISS entre os anos de 2004 e 2007. A empresa apresentou a exceção de pré-executividade, considerando que a Solví Essencis Ambiental goza de isenção de ISS até o ano de 2025. Não obstante, foram constatados vícios substanciais na formação do título da CDA, o que inviabiliza a execução judicial. Em maio/2022, o Juiz decidiu por inadmitir a exceção de pré-executividade, cuja questão será levada ao TJRJ.	Valor envolvido na ação: R\$ 133.122
Solví Essencis Ambiental S.A., Matriz	Execução Fiscal 1544122- 50.2020.8.26.0090	Trata-se de execução fiscal movida pela Pref. de São Paulo/SP com objetivo de executar a CDA constituída sob fundamento de suposta falta de recolhimento de ITBI, quando houve integralização de capital social da empresa com o imóvel, objeto da execução no ano de 2014. A empresa opôs os embargos à execução, tendo em vista que não haverá incidência de ITBI, quando imóvel foi usado para integralização de capital, além do processo administrativo conter vícios formais durante a sua tramitação. O processo encontra-se em fase de instrução.	Valor envolvido na ação: R\$ 3,8mi
Solví Essencis Ambiental S.A., filial Macaé/RJ	Ação indenizatória 0005150- 72.2020.8.19.0028	Trata-se de ação indenizatória formulada por ex-fornecedor de prestação de serviços, contratada para fornecer locação de maquinários diversos para uso no aterro localizado em Magé. Segundo as alegações da parte autora, alguns caminhões sofreram avarias, cuja responsabilidade pelos reparos seria da Solví Essencis. A empresa apresentou a sua defesa, sustentando de que não há relação de medições, que apresentam de forma individualizada os danos causados em cada veículo, bem como, de maneira geral, ocorreu a depreciação regular do bem. O processo encontra-se em fase de produção de prova pericial, com a finalidade de fazer a análise técnica dos veículos.	Valor envolvido na ação: R\$ 1,4mi

(b) Fechamento e pós fechamento de aterro

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando à minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento são compostos por vários gastos futuros, podendo-se destacar:

O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes;

Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.);

Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;

Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;

Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;

Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);

Custos de tratamento de percolado; e

Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual).

A Companhia reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós- fechamento dos aterros sanitários conforme demonstrado abaixo. O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 9,54% ao ano (9,54% ao ano 2020). A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da Administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo Inicial	54.959	48.179	63.715	55.375
Constituição de provisão	5.856	7.134	10.472	9.644
Reversão/realização da provisão	(123)	(354)	(872)	(1.304)
Reorganização societária	-	-	74	-
Saldo final	60.692	54.959	73.389	63.715

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	137	302	137	302
Constituição de provisão	2.515	933	2.515	933
Reversão/realização da provisão	(2.453)	(1.098)	(2.453)	(1.098)
Saldo final	199	137	199	137

25 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social, subscrito e integralizado era de R\$129.196, representado por 129.195.979 ações ordinárias todas nominativas sem valor nominal.

(b) Dividendos mínimos e cálculos de reservas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios em consonância ao item acima, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	41.634	83.667
Reserva legal - 5%	(816)	(4.183)
Base para distribuição mínima	40.818	79.484
% dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos mínimos propostos	10.205	19.871
Reserva de Lucros Utilizada para Dividendos	-	19.871
Adicionais propostos	-	19.871
Dividendos Distribuídos Exercício Corrente	10.205	39.742

(c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou à título de Reserva Legal o montante de R\$816 correspondente a 2% do lucro líquido do exercício, totalizando o montante da Reserva Legal em R\$25.837 que corresponde aos 20% do capital social da Companhia, conforme limitado pela lei.

(d) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia constituiu a reserva de capital no montante de R\$ 123.846 em decorrência de reconhecimento de ativo fiscal diferido proveniente de baixa de goodwill e mais valia inerente a incorporação da CPA.

(e) Reserva de Retenção de Lucros

Do montante total das reservas de lucros, após descontar o saldo das reservas legal, conforme requerido pela legislação societária brasileira, R\$110.581 representa o valor de reservas disponíveis para distribuição aos acionistas da Companhia.

(f) Outros Resultados Abrangentes

O valor de R\$ 104 mil refere-se a provisão relacionada a Benefício Pós Emprego.

(g) Destinação do lucro líquido

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

26 Receita operacional líquida

É composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita de resíduos	552.645	433.189	731.790	462.812
Receita venda de sucata	62.494	21.340	136.526	30.394
Receita venda de biogás	7.989	6.935	7.989	6.935
Receita crédito de carbono	6.252	24.440	6.252	24.440
Total receita bruta	629.380	485.904	882.557	524.581
<i>Deduções sobre as vendas</i>				
ISS	(19.434)	(17.672)	(27.828)	(18.478)
PIS	(9.339)	(7.295)	(13.404)	(7.918)
COFINS	(42.783)	(33.603)	(61.675)	(36.469)
ICMS	(9.052)	(3.332)	(16.674)	(3.563)
Total de deduções sobre vendas	(80.608)	(61.902)	(119.581)	(66.428)
Receita líquida	548.772	424.002	762.976	458.153
Mercados Geográficos				
Mercado interno (*)	604.000	485.904	857.178	524.581
Mercado externo (**)	25.379	-	25.379	-
Total receita bruta	629.380	485.904	882.557	524.581
Época do reconhecimento de receita				
Bens e serviços transferidos em momento específico no tempo	629.380	485.904	630.590	314.898
Bens e serviços transferidos ao longo do tempo	-	-	251.967	209.683
Total receita bruta	629.380	485.904	882.557	524.581

(*) Mercado interno refere-se apenas a clientes localizados no Brasil.

(**) Mercado externo refere-se apenas a cliente localizado na Alemanha.

27 Custos dos serviços prestados

É composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários e encargos	(65.845)	(55.562)	(119.387)	(60.215)
Aluguel	(26.345)	(26.530)	(49.012)	(29.133)
Depreciações	(32.926)	(28.170)	(47.226)	(34.093)
Materiais aplicados nos serviços	(50.939)	(38.660)	(88.266)	(43.959)
Serviços de terceiros DA (a)	(64.165)	(71.396)	(118.344)	(77.369)
Venda da sucata processada	(133.580)	(25.226)	(154.583)	(28.474)
Outros custos de produção (b)	(33.090)	(22.815)	(45.192)	(26.152)
Créditos fiscais (c)	12.164	11.125	16.002	12.417
	(394.726)	(257.234)	(606.008)	(286.978)

(a) As principais naturezas em serviços de terceiros são transporte de resíduos, tratamentos de efluentes, destinações em aterros e manutenção de equipamentos, máquinas e veículos.

(b) Refere-se substancialmente a energia elétrica, vigilância e provisões para fechamento e pós fechamento de aterro.

(c) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS.

28 Despesas administrativas

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Remuneração direta mão de obra	(21.782)	(9.314)	(21.918)	(9.314)
INSS	(3.825)	(1.565)	(4.289)	(1.565)
FGTS	(956)	(457)	(1.084)	(457)
Benefícios	(3.008)	(1.094)	(3.584)	(1.094)
Aluguéis	(2.632)	(76)	(2.826)	(76)
Depreciação	(1.561)	(784)	(1.631)	(785)
Serviços de terceiros	(10.871)	(4.735)	(12.169)	(4.947)
Tributos, seguros e contribuições	(1.127)	(485)	(1.266)	(492)
Viagens e estadias	(242)	(71)	(330)	(71)
Despesas Compartilhadas (CSC)	(5.740)	(4.344)	(10.405)	(5.006)
Outras despesas administrativas	(1.401)	(502)	(1.624)	(510)
	(53.145)	(23.427)	(61.126)	(24.317)

29 Despesas comerciais

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(698)		(884)
Reversão para crédito de liquidação duvidosa	579	2.879	1.104	3.040
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(667)	(2.654)	(885)	(2.634)
Patrocínios, brindes e doações	(844)	(465)	(847)	(469)
Propaganda e publicidade	(424)	(484)	(561)	(514)
Publicações atas e balanços	(200)	(15)	(248)	(29)
	(1.556)	(1.437)	(1.437)	(1.510)

30 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas e provisões para riscos cíveis, trabalhista e fiscais	(1.928)	(3.704)	(3.167)	(4.426)
Patrocínio e doações	(137)	(828)	(176)	(883)
Resultado vendas de imobilizado	173	(61)	917	(61)
Outras (despesas) receitas, líquidas (a)	(6.217)	1.091	(10.587)	1.090
Total	(8.109)	(3.502)	(13.013)	(4.280)

- (a) Refere-se substancialmente a baixa de impostos não recuperáveis, assim como outros créditos não realizáveis.

31 Resultado Financeiro

É composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Juros sobre mútuos	3.437	3.250	3.492	2.933
Variação monetária	260	106	260	106
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.205	1.386	1.485	1.477
Juros recebidos e descontos obtidos	253	322	450	367
Correção de depósitos judiciais	25	54	43	61
Total receitas financeiras	5.180	5.118	5.737	4.944
Juros sobre financiamento	(15.707)	(3.840)	(16.321)	(3.996)
Juros sobre debêntures	(1.840)	(4.453)	(1.840)	(4.453)
Variação monetária	(1.620)	(714)	(1.621)	(722)
Descontos concedidos	(31)	(746)	(335)	(768)
Juros sobre pagamento de títulos e tributos em atraso	(1.180)	(53)	(2.009)	(68)
Tarifas bancárias	(3.006)	(3.270)	(3.623)	(3.557)
Tributos sobre movimentações financeiras	(1.417)	(1.556)	(1.687)	(1.884)
Despesas juros sobre contratos de mútuos	(1)	(2.013)	-	(2.013)
Juros sobre passivo de arrendamento	(3.620)	(2.388)	(5.307)	(2.288)
Outros	(710)	(901)	(587)	(1.057)
Total despesas financeiras	(29.132)	(19.934)	(33.330)	(20.806)
Total	(23.952)	(14.816)	(27.600)	(15.862)

32 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a quantidade de ações ordinárias da Companhia é de 129.195.979 ações todas nominativas sem valor nominal e não houve transações com potencial dilutivo, desde modo o lucro por ação básico e diluído são os mesmos em cada um dos exercícios, conforme a seguir:

	2021	2020
Lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	41.769	83.667
Número de ações	129.195	129.195
Lucro por ação - básico e diluído - em Milhares de reais	0,3223	0,6476

33 Cobertura de seguros

A administração da Companhia avalia que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

A cobertura dos seguros contratados pela Companhia e suas controladas estava composta da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Seguro Patrimonial	188.000	116.000
Lucros Cessantes	47.000	14.000
Responsabilidade Civil	10.000	10.000
	245.000	140.000

34 Eventos Subsequentes

Aquisição de Participações Societárias

Em 28 de Janeiro de 2022, a Solví Essencis concluiu a aquisição de 100% das cotas da empresa Geoemergencia Ambiental Ltda., empresa especializada em Atendimento a Emergências Ambientais, com sede na cidade de Estrela, estado do Rio Grande do Sul. A aquisição foi realizada pelo valor de R\$4.000, sendo R\$1.000 quitado após o cumprimento das condições precedentes, ocorrida ainda em 2022, e o saldo parcelado em 36 parcelas de R\$83, fixas e irrealizáveis.

Conselho de Administração

Carlos Leal Villa
Presidente

Olga Stankevicius Colpo
Conselheira

Paul Richard Mitchener
Conselheiro

Albérico Machado Mascarenhas
Conselheiro

Fernando Lima Rocha Lohmann
Conselheiro

Solvi Essencis Ambiental S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diretoria Executiva

Celso Pedroso
Diretor Presidente

Célia Maria Bucchianeri Francini
Vasconcellos
**Diretora Financeira e de Gestão
de Riscos**

Eduardo Alves Rodrigues
Diretor Jurídico e de Compliance

Fernando Lucas Cunha Guerreiro
**Diretor de Desenvolvimento de
Novos Negócios**

Carlos Alberto Vieira
Contador

* * *

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://www.documentoeletronico.com.br/procedimento/validar/documentos/conten.aspx>
através do código YJUN-AGUST-BDLPX-9H7BK

DUESP
04.10.22
PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 26/09/2022

Dados do Documento

Tipo de Documento AGO - Assembleia Geral Ordinária
Referência AGO Contas 2021 - Solvi Essencis (vjunta)
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 23/09/2022
Validade 23/09/2022 até Indeterminado
Hash Code do Documento 5FE502D47F5FBE875D4041867C96DF857064126859D608DDF174C4E5832AF1EC

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte) Acionistas 5

Relacionamento 02.886.838/0001-50 - SOLVI - MATRIZ

Representante	CPF
CELSON PEDROSO	052.993.138-96
Ação:	Assinado em 26/09/2022 11:52:20 com o certificado ICP-Brasil Serial - 6F7B2448F7C02D2F IP: 172.71.6.108
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/105.0.0.0 Safari/537.36
Localização	
Tipo de Acesso	Normal

Representante	CPF
CÉLIA MARIA BUCCHIANERI FRANCINI VASCONCELLOS	078.003.088-55
Ação:	Assinado em 23/09/2022 18:09:18 com o certificado ICP-Brasil Serial - 6CF4A4484F7721FC IP: 186.231.95.234
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; WOW64; Trident/7.0; rv:11.0) like Gecko
Localização	
Tipo de Acesso	Normal

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentoeletronico.com.br/procelectronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): YJHUN-A6UST-BDLPX-9H7BK



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://www.documentoeletronico.com.br/procelectronicahttps/validardocumentoscontent.aspx> através do código YJHUN-A6UST-BDLPX-9H7BK